

**HERÓDOTO E A “NAÇÃO” ATENIENSE:
ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE UMA FERRAMENTA CULTURAL**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Fábio Adriano Hering

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob a orientação do
Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida pelo autor e
aprovada pela Comissão
Julgadora em 29/11/2001.

BANCA:


Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari (orientador)


Prof. Dr. José Remesal


Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese

Prof. Dr. Leandro Karnal (Suplente)

NOVEMBRO DE 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

200206752

UNIDADE	BC
FL. CHAMADA	77 UNICAMP
	H424
V.	4763T
T.	837/02
P.	
PREC.	R\$ 11,00
DATA	07-02-02
N.º GPH	

CM00163715-9

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Hering, Fábio Adriano

**H 424 h Heródoto e a "nação" ateniense: análise da construção de uma
ferramenta cultural / Fábio Adriano Hering. - - Campinas, SP :
[s.n.], 2001.**

Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari.

**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Heródoto. 2. História antiga. 3. Historiografia. 4. Cultura-
História. 5. Grécia - História. I. Funari, Pedro Paulo Abreu.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.**

Resumo: Esta dissertação é um estudo analítico de um espectro da tradição britânica de interpretação das *Histórias* de Heródoto. Levado a termo sob a perspectiva de que a herança cultural ocidental é parte de um esforço maior, formalizado, de construção das identidades nacionais européias, busca-se, aqui, compreender como se constituíram os modelos de interpretação de Heródoto, analisando, depois, que juízos de valor eles articularam.

Abstract: This is an analytical study on some aspects in the British tradition of interpretation of Herodotus' *Histories*. Developed in the presumption that the western cultural heritage is part of a major and formalised effort in the construction of western national identities, I intend to understand the way this tradition of interpretation was build up, analysing, furthermore, their understanding of Herodotus' efforts.

Para Gabriela

Agradecimentos:

Gostaria, aqui, de agradecer algumas das pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram participação na realização deste trabalho. Na UFSC, em meu tempo de graduação, aos professores Marcos Vinícios de Almeida Saul, João Klug, Maria Célia Marcondes de Moraes, Ricardo Gaspar Müller e, muito especialmente, Aníbal Emílio Abadie-Aicardi. Dentre os colegas, à Érica Siani Moraes, pesquisadora de Heródoto, por disponibilizar valioso material de pesquisa. Aos colegas Glaydson José da Silva e Renata Senna Garraffoni, pelo apoio e amizade. Dentre os estudiosos, muito especialmente, ao professor Pedro Paulo A. Funari, meu orientador, pelos valiosos conselhos e pela sábia orientação.

Entre os familiares, aos meus pais, Valdir e Nadja Maria, e a meu irmão, Sandro, pelo carinho, amizade e apoio irrestritos.

À Ana Paula, que me acompanhou em parte do processo de realização desta dissertação, deixo meus sinceros agradecimentos.

À Gabriela, minha filha, que me reinventou, mais feliz, dedico este trabalho.

À FAPESP, que financiou esta pesquisa, sou muitíssimo grato.

“Da Europa a água que eu quero é só o charco
Negro e gelado onde, ao crepúsculo violeta,
Um menino tristonho arremesse o seu barco
Trêmulo como a asa de uma borboleta”.

J. A. Rimbaud – *O Barco Bêbado*

(tradução de Augusto de Campos)

SUMÁRIO:

1. Introdução.....	13
2. Considerações acerca da construção e dos objetivos desta dissertação.....	15
3. A História Antiga e a construção das nações européias.....	23
4. Heródoto e sua tradição de interpretação: não um lugar mas um percurso.....	41
4.1. Pontos de amarra, primeiras fundações	42
4.2. O exílio entre dois extremos.....	48
5. Atenas e <i>Némesis</i>: da unidade das <i>Histórias</i>.....	63
6. O modelo Jacoby: acerca da filiação das <i>Histórias</i>.....	71
6.1. Hecateu: um ídolo tem pés de barro.....	73
6.2. O Heródoto “acorrentado”.....	78
7. A invenção da “nação” ateniense: o caso da Inglaterra.....	85
7.1. O Heródoto Britânico.....	87
7.2. Uma lápide ateniense para Heródoto.....	91
7.3. Os gregos antigos e sua “nação” moderna.....	96
8. Conclusão.....	105
9. Textos antigos.....	109
10. Léxicos, Dicionários e Gramáticas.....	111
11. Obras de referência.....	112
12. Bibliografia.....	113

1. INTRODUÇÃO:

Esta dissertação, cujos objetivos e pressupostos estão descritos no capítulo seguinte, é um estudo analítico de um espectro da tradição de estudos clássicos, levado a termo sob a perspectiva de que tal herança cultural ocidental é parte de um esforço maior, formalizado, de construção das identidades nacionais européias. Configurada, então, como problema, passível de investigação em si mesmo, buscou-se compreender as bases sociais e culturais sobre as quais aquela tradição de interpretação (como representação do real que é) teria sido construída. De uma maneira geral, pode-se dizer que este trabalho insere-se na tendência da Nova História Cultural de investigar sistematicamente o caráter social e politicamente condicionado de suas “técnicas narrativas” e “formas de análise”, “os métodos e os objetivos da História em geral”.¹ Levada a termo em um contexto onde a herança ocidental veio na mala do colonizador, do imigrante, do exator de tributos, a pesquisa que informou esta dissertação foi guiada pelo olhar de um descendente de imigrantes, desconfiado, que se negou a tomar como seu o que seus bisavós creditaram-lhe como de direito.

Duas influências foram superlativas na delimitação da perspectiva teórica que guiou a pesquisa: a disciplina oferecida aos alunos de pós-graduação em História Social do IFCH da UNICAMP, nos primeiros semestres de 1999 e 2000, pelo Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari; o diálogo com a Prof.a Dr.a Margarita Díaz-Andreu, da Universidade de Durham, Inglaterra (professora visitante na UNICAMP, com apoio da FAPESP), quando de sua participação no Colóquio do CPA, em 1999. Além disso, pôde-se discutir este trabalho,

¹ (Hunt, 1995: 13 e 27).

no todo ou em suas partes, com os seguintes especialistas, que, com suas críticas e sugestões, deram, cada um por sua parte, contribuições fundamentais para a realização do texto final: José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG), Paulo Buti de Lima (Universidade de San Marino), Trajano Vieira (UNICAMP), Francisco Murari Pires (USP), Emílio Crespo (Universidade Autônoma de Madri), Leandro Karnal (UNICAMP), André Leonardo Chevitarese (UFRJ). As idéias expostas aqui, entretanto, são de exclusiva responsabilidade do autor. A consecução desta pesquisa só foi possível graças ao apoio financeiro da FAPESP.

As citações em grego foram todas transliteradas para caracteres latinos, seguindo-se as normas tradicionalmente aceitas em língua inglesa, particularizadas da seguinte maneira, por motivos de simplificação: não se distinguiu entre vogais longas e breves; grafou-se os iotas subscritos como adscritos; grafou-se com “h” todas as palavras, iniciadas com vogal, marcadas pelo espírito áspero.²

² É de acordo com estas regras que foi editada a tradução brasileira do texto de F. Hartog (1999).

2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO E DOS OBJETIVOS DESTA DISSERTAÇÃO

“A humanidade não representa uma evolução na direção de algo melhor, mais forte ou mais elevado, como se costuma crer hoje em dia. O ‘progresso’ é meramente uma idéia moderna, quer dizer, uma ‘idéia falsa’”.

Nietzsche – *O Anticristo*

O projeto que serviu de ponto de partida para esta dissertação propugnava, em seu texto original, em linhas gerais, compreender como se desenhara o interesse pela História na Grécia Clássica, tomando como “estudo de caso” as *Histórias* de Heródoto de Halicarnasso.³ Para tal, assumia-se que o contexto político e cultural da *polis* ateniense, do século V a.C., seria o fator determinante na escrita daquela obra. De saída, na confecção da problemática que dera direção à pesquisa, buscava-se investigar a principal proposição que Finley lançara em seu ensaio “Mito, Memória e História”, a saber: a *polis* ateniense, por haver colocado em evidência, pela primeira vez na história ocidental, a política como atividade humana, “elevando-a (...) à mais fundamental das atividades sociais”, é que teria tornado imprescindível a constituição de um “novo enfoque do passado”, representado pela

³ Projeto de pesquisa intitulado “Heródoto e o interesse pela História no contexto da *polis* ateniense”, apresentado e aprovado no exame de seleção para o mestrado em História do IFCH da UNICAMP, em dezembro de 1998. Encaminhado à FAPESP, em março de 1999, sob processo número 99/02054-1, aprovado em maio do mesmo ano.

narrativa de Heródoto.⁴ Era diretriz básica daquele projeto investigar tal relação, buscando tanto dialogar com parte acessível da bibliografia mais representativa sobre o tema quanto servir-se de algumas das questões teóricas contemporâneas, discutidas então nas cadeiras oferecidas no mestrado em História do IFCH da UNICAMP.

No desenvolvimento desta tarefa – buscando tanto restringir o objeto de pesquisa quanto reelaborar o plano de dissertação – observou-se que a idéia de que a *polis* ateniense teria sido o fator determinante na constituição do discurso historiográfico grego estava inserida em uma longa tradição de interpretação. A maioria representativa dos comentadores da obra de Heródoto (que serão apresentados e analisados no correr da dissertação) invocara, já em inícios do século XX, esta relação, atribuindo-lhe imenso potencial explicativo. A tese, subliminar, de uma evolução do pensamento histórico, de um estágio mítico em favor de uma razão de corte científico (em uma analogia direta com a idéia moderna de História), informava, de maneira geral, seus esquemas interpretativos. Um dos “fundadores” desta tradição, como será visto mais adiante, propusera que a narrativa de Heródoto seria o resultado de uma “mudança de plano”, na qual a apologia de Atenas seria o ponto central, e que seu autor ter-se-ia tornado um “ateniense por adoção”. O processo de desenvolvimento da História enquanto ciência, levado a termo por Heródoto e, posteriormente, Tucídides, teria, então, Atenas como sua protagonista.

Seria um despropósito considerar tais associações recorrentes como apenas meros exercícios de tautologia acadêmica. Pareceu mais apropriado tomá-las como um corpo

⁴ (Finley: 1989: 24). Em duas outras ocasiões, pelo menos, Finley reafirma este mesmo ponto de vista: “Tucídides, o Moralista”. In *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 53-67; e “Introduction”. In *The Portable Greek Historians*. London: Penguin, 1977, p. 1-21.

coerente de idéias inter-relacionadas que fazem parte ativa e significativa do infindável arquivo de textos que versam sobre os belos frutos propiciados pelo regime da *polis* democrática. Este arquivo, como lembrou Bernal, começou a ser estruturado como uma extensão da idéia moderna de História, quando os estudos clássicos passaram a representar na Grécia antiga a idéia de que esta seria a cultura ancestral da Europa, criando-lhe uma imagem que retratasse a auto-confiança e a consciência nacional ocidentais.⁵ A “crença” na possibilidade tanto de conhecer o passado como ele realmente aconteceu (de acordo com a célebre expressão de Ranke) – buscando descobrir o padrão, a norma, a lei que organizava a aparente desordem dos eventos – quanto de compreender os propósitos e as intenções das ações dos sujeitos do passado, circunscrevendo suas experiências em uma “explicação histórica” objetiva e verídica, “fundada sobre a descoberta das relações existentes entre causas e seus respectivos efeitos”, informava, de maneira geral, os esforços dos especialistas daquele período.⁶ Foucault deu tintas a este panorama em *As Palavras e as Coisas*, onde propôs que nenhuma outra História teria sido mais ‘explicativa’, mais preocupada com leis gerais e com constantes que aquela informada pela razão moderna – “quando o mundo e o homem, num só movimento, se incorporavam numa história única”.⁷ Considerando-se este panorama, a tentativa de compreender o esforço individual de Heródoto como que circunscrito pela esfera de influência ideológica e política da *polis* ateniense, para além do que esta relação teria de óbvia, parece representar um “conjunto de

⁵ (Bernal, 1994: 126-127).

⁶ (Munslow, 2000: 1, 4 e 5).

crenças esposadas” por uma determinada comunidade científica em uma época específica.⁸ Em outras palavras, os comentadores de Heródoto de inícios do século XX, propõe-se, deram forma à uma espécie de “modelo de interpretação” que pudesse representar “apropriadamente” o mundo grego clássico.

O advérbio citado entre aspas na última frase do parágrafo anterior busca enfatizar o fato de o esforço do historiador ser, de acordo com White, em sua essência, um ato interpretativo. Um “conjunto específico de compromissos ideológicos” estão – de acordo com o que este autor expõe em *Trópicos do Discurso* – necessariamente implicados na confecção de qualquer relato histórico, informando as “noções de ‘ciência’, ‘objetividade’ e ‘explicação’” que o inspiram. O aspecto ativo e inventivo da “suposta ‘investigação’ do historiador” daquilo que possivelmente ocorreu no passado deve-se, para ele, ao fato de não ser a “‘história’ *per se* ou ‘o passado’ em geral, mas antes a *matriz social* vivida como uma extensão do passado ao próprio presente do escritor”, o seu principal objeto de estudo.⁹ De acordo com esse recorte (e seguindo a fórmula expressa por Joyce, em seu artigo “The End of Social History?”),¹⁰ tendeu-se a se compreender a insistência em “fetichizar” o papel da *polis* ateniense como um modelo de interpretação que fala, de maneira mais específica, de uma esfera de influência política e ideológica próxima não de Heródoto propriamente mas dos seus críticos e comentadores.

⁷ (Foucault, 2000: 512). Mesmo tendo-se recorrido, nesta e em outra passagem, à obra de Foucault, como uma ferramenta analítica, não se pretendeu desenvolver esta dissertação a partir de uma perspectiva teórica foucaultiana.

⁸ (Kuhn, 2000: 23).

⁹ (White, 1994: 65, 68, 86 e 87).

¹⁰ (Joyce, 1995: 73).

A questão inicial, lançada no projeto de pesquisa, que pretendia analisar os fatores determinantes na constituição do discurso historiográfico grego do século V a.C., ficou, então, deslocada, entrando em cena a preocupação de compreender tanto como aquele processo histórico foi apreendido pelos classicistas de início do século XX quanto como e por meio de que influências ideológicas tal “modelo de interpretação” estabelecido acerca do texto de Heródoto (com *status* de verdade) foi forjado e utilizado culturalmente. Dessa maneira, seguindo a idéia articulada por Funari, pretendeu-se estudar os especialistas de Heródoto partindo-se do pressuposto de que “as raízes da explicação histórica encontram-se, sempre, no presente, nas sociedades e culturas de determinados períodos, nas quais se insere o historiador”.¹¹ Bernal argumentou que os estudos clássicos inculcaram, de uma maneira bastante “política”, padrões sociais e culturais à sociedade europeia como um todo, fornecendo um poderoso apoio à noção de uma Europa possuidora de uma superioridade irrefutável e justificando o imperialismo ou o neo-colonialismo como “missões civilizadoras”.¹² Procura-se aqui, portanto, explorar as possibilidades teóricas destas considerações tendo-se em conta que o “espírito de nacionalidade”, de par com o sistema industrial, foi uma das principais instituições que dominaram a sociedade e influenciaram a visão e a atividade dos historiadores criados à sombra dos estados modernos.¹³

Díaz-Andreu & Champion, na introdução do livro *Nacionalismo e Arqueologia na Europa*, argumentam neste sentido quando afirmam que as disciplinas relacionadas com o estudo do passado, como a Arqueologia e a História, consideradas, até meados do século

¹¹ (Funari, 1995: 18).

¹² (Bernal, 1994: 117).

¹³ (Toynbee, 1987: 34).

XIX, como meros passatempos de espíritos idealistas e diletantes, teriam sido guiadas, por força do papel desempenhado pelo nacionalismo europeu, ao *status* de ciência.¹⁴ A maneira como, a partir do século XVIII, tais “ciências do passado” teriam sido compelidas a “inventar, instituir ou desenvolver novas redes de convenções” que pudessem dar alguma espécie de suporte ideológico ao novo contexto humano e político que se desenhara na Europa do período posterior ao da revolução industrial é descrito com mestria por Hobsbawm. Segundo este autor, o esforço de “invenção” de tradições que, de uma maneira ou de outra, pudessem contribuir para um senso de identificação com uma comunidade e/ou instituições que representassem, expressassem ou simbolizassem a idéia de “nação” – promovendo a coesão social, a unidade de grupos e associações, reais ou inventados – foram ostensivamente levados a termo.¹⁵

Propõe-se, assim, dado o contexto teórico acima, que a idéia que propugna que o esforço de Heródoto deva ser compreendido a partir de sua “identidade política ateniense” seja vista como uma das representações da idéia moderna que pensa todo o cidadão inserido cultural e socialmente em um território geograficamente bem determinado, comungando com seus iguais uma identidade de raça, credo e língua e servindo a interesses próprios do Estado Nacional do qual faz parte. Compreende-se que esta é uma entre outras leituras possíveis sobre a tradição de estudos clássicos em questão e que de maneira alguma invalida as contribuições que aqueles especialistas trouxeram para os estudos do mundo helênico de uma maneira geral e para a compreensão da obra do prófugo de Halicarnasso mais especificamente. Pretende-se aqui, entretanto, assumindo que o discurso da História,

¹⁴ (Díaz-Andreu & Champion, 1996: 03).

como quis Foucault, seria uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de uma determinada sociedade,¹⁶ analisar as implicações ideológicas que levaram aqueles especialistas a darem forma a uma determinada estrutura explicativa em detrimento de outras, potencialmente possíveis.

O objetivo central da análise a ser desenvolvida neste trabalho (ou o ponto de chegada da trajetória analítica) é compreender como se constituíram os modelos britânicos de interpretação de Heródoto, analisando, depois, que juízos de valor eles articularam, tendo-se em conta a provável influência que a ideologia política do nacionalismo exerceu sobre aquela produção intelectual. Pressupondo-se que a obra de Heródoto foi uma “ferramenta cultural” no esforço de construção das identidades nacionais européias, nos séculos XIX e XX, o caso britânico é, propõe-se, se comparado com o “continental” (com o qual, entretanto, ele guarda uma relação de dependência), particular, justificando um “estudo de caso”. Pensando-se na factibilidade da dissertação, a análise final se centrará nas seguintes obras, dos respectivos especialistas: *The Ancient Greek Historians*, de J. B. Bury, publicado em 1908, e *The History of Herodotus*, de J. E. Powell, publicado em 1939; algumas indicações constantes de *A Commentary on Herodotus*, de W. W. How e J. Wells, publicado pela primeira vez em 1912 (cuja versão definitiva, com correções a apêndices, é de 1928), e *Herodotus, Father of History*, de J. L. Myres, publicado em 1953; a tradução de G. Rawlinson, para a obra de Heródoto, cuja primeira edição é de 1858 (até hoje reeditada). Outros especialistas, ingleses ou não, serão consultados quando seus trabalhos ou tiverem relação com os que são aqui citados ou quando puderem contribuir para uma melhor

¹⁵ (Hobsbawm, 1984: 03 e 09).

compreensão dos contextos ideológicos em questão. Pretendeu-se levar a termo, em alguns pontos, um estudo analítico do texto original de Heródoto, buscando, assim fornecer um contraponto crítico a partir do qual a especificidade discursiva das tradições interpretativas em questão pudessem vir à luz; em uma frase, pode-se dizer que buscou-se, ao confrontar o original grego com sua interpretação, “restabelecer os liames entre as diversas práticas de composição histórica”.¹⁷ Contrapor o texto de Heródoto à interpretação dada a ele, a partir de trechos selecionados dos especialistas, é o que pode habilitar o analista a, em certa medida, pôr a nu as motivações ideológicas que fomentaram a constituição daqueles modelos interpretativos e, assim, questionar o “estatuto de verdade” que aquela tradição reclamou para si: tarefa que se pretendeu levar a termo, mas cujos resultados não são tomados (pelo menos não de uma maneira positiva) como uma *aquisição para todo o sempre*.

¹⁶ (Foucault, 1987: 8).

3. A HISTÓRIA ANTIGA E A CONSTRUÇÃO DAS NAÇÕES EUROPÉIAS

“Lemos (ou vemos) Sófocles depois de termos lido (ou visto) Shakespeare, assim como admiramos a escultura grega arcaica com olhos e mentes que já viram Michelangelo e Henry Moore”.

M. I. Finley

A civilização ocidental, argumentou Momigliano, não simplesmente herdou dos gregos a História mas “elegeu-a, conscientemente” (assim como outras atividades intelectuais e outros gêneros literários), como um modelo ao qual se recorre, hoje, para satisfazer determinadas necessidades de expressão verbal.¹⁸ Os escritos gregos, de uma maneira geral, como expôs Lesky, chegaram até nós por processos históricos diversos, “determinados por fatores políticos e culturais”¹⁹ – avaliação que, supõe-se, pode ser estendida à tradição de interpretação dos mesmos. Por um lado, à crença geral na idéia que pressupõe estar entre os gregos antigos (progenitores do “pensamento lógico”, a “única forma possível de pensamento”) a gênese histórica “do pensamento europeu”²⁰ deve-se

¹⁷ (Funari, 1992: 24-5).

¹⁸ (Momigliano, 1984: 9).

¹⁹ (Lesky, 1985: 17).

²⁰ (Snell, 2001: xvii).

parte da responsabilidade no processo de transmissão e de interpretação da cultura helênica. Por outro lado, ao posicionamento político dos helenistas dos séculos XVIII e XIX, eminentemente nacionalista, cabe um outro quinhão dessa partilha.²¹

“A palavra História é uma palavra velhíssima”, escreveu Marc Bloch, e o fato dela ter permanecido “tranquilamente fiel ao seu nome helênico”, adita o estudioso, não significa que seja “igualzinha à que escreveu Hecateu”,²² ou mesmo Heródoto. O ponto mais visível e revelador desse afastamento (não apenas pela proximidade cronológica mas por situar historicamente a própria institucionalização acadêmica da disciplina) é bem expresso por Foucault, em *As Palavras e as Coisas*: no século XIX, a História teria experimentado, graças à “grande reviravolta” da *epistémè* ocidental”, que fragmentou o espaço do saber em uma centena de ramos especializados, uma fratura na linha de continuidade que a ligava aos “confins da idade grega”.²³ Essa “virada epistemológica” descrita pelo autor francês, como esclarece Munslow, fomentada pelo pensamento moderno, teria estabelecido no mundo ocidental a idéia de que é possível, por meio da observação da evidência empírica e da inferência do seu significado imanente, dar forma a um discurso que pudesse representar o passado “como ele realmente aconteceu” (de acordo com a tão discutida expressão de Ranke).²⁴ Tal confiança na “descrição positiva do

²¹ (Bernal, 1987: 281-336).

²² (Bloch, 1965: 24-25).

²³ (Foucault: 2000: 508-514).

²⁴ (Munslow, 2000: 1-4). Gay (1990: 69-71) argumenta que esta expressão (um dos célebres aforismos de Ranke, “muito criticados e bastante incompreendidos”) é, “em essência”, um apelo “ao método científico” (de acordo com a tradição iniciada por Newton e Bacon), em que ele nega “qualquer pretensão a pintar quadros literários, atribuindo-se uma tarefa mais humilde (...): se concentrar no que se poderia conhecer da

passado”, segundo Funari, foi o que guiou a História ao *status* de ciência e o que promoveu, naquele período, o progressivo abandono de sua postura como uma forma literária.²⁵ O estudo da antigüidade clássica, que denominou-se, em alemão, *Altertumswissenschaft* (*altertum*, antigüidade; *wissen*, conhecer), termo transposto para o inglês como *Classics*, foi, ainda segundo Funari, a “primeira História a surgir, no sentido moderno do termo”, fundada sobre a crítica documental e suportada pela erudição filológica; a “História que todos nós, historiadores *lato sensu*, praticamos” hoje – fruto da “moderna reorganização do saber acadêmico” – herdou dela seu estatuto científico.²⁶

O estudo da antigüidade clássica, como lembra Bernal, em seu livro *Black Athena*, erigiu-se em território prussiano, em 1809, como uma das reformas que visavam reconstruir a moral do povo e opor resistência à ameaça representada pela Revolução, logo após a derrota imposta por Napoleão. O programa de formação educacional (*Bildung*) de Wilhelm von Humboldt, aristocrata recém empossado no cargo de ministro da educação, tinha como pressuposto, face à “fragmentação imposta pela sociedade moderna”, que o estudo da “Antigüidade em geral e dos gregos em particular” poderia guiar os estudantes (os jovens líderes da Alemanha, mais especificamente) na tarefa de reabilitação do espírito nacional e do orgulho étnico germânicos.²⁷ Nesse programa, em uma representação adequada às ideologias do período (o romantismo, o racismo e o conceito de progresso), como mostra Bernal, a Grécia era vista como o berço da civilização européia; o homem grego, como o

maneira confiável”; propondo uma análise *objetiva* das fontes e tendo como pressuposto que os indivíduos “de todas as épocas” poderiam ser vistos “em seus próprios termos” (“um apelo solene à empatia”).

²⁵ (Funari, 2001a: 4-5).

²⁶ (Funari, 1999a: 31 e 32; 1995: 16).

fruto perfeito e homogêneo de uma “raça” superior de origem ariana. A antiga concepção da Hélade como o “caldeirão do Mediterrâneo Oriental” foi paulatinamente tornada indigesta ao paladar europeu, sendo, assim, no decurso do século XIX, substituída pela idéia de que a cultura grega desenvolvera-se, principalmente, como o resultado de uma ou mais invasões de povos conquistadores de língua indoeuropéia, oriundos das regiões do Cáucaso – concepção esta debitária mais do “meio intelectual do período” (*Zeitgeist*) que da referência à qualquer evidência empírica (arqueológica ou escrita) então disponível.²⁸ Tal “modelo explicativo”, concebido pelo que se poderia chamar de o ‘pecado’ ou erro do racismo e do anti-semitismo” (fundado no que Bernal denomina, ironicamente, de “princípio histórico universal da desigualdade das ‘raças’”),²⁹ deu forma a um culto da Antigüidade Clássica, que, segundo Funari, estabeleceu interpretações tendenciosas e fomentou posicionamentos políticos discriminatórios.³⁰

A idéia de que os grupos humanos seriam “entidades primordiais essencialmente distintas, caracterizadas por qualidades físicas [e/ou culturais] específicas”, foi, de acordo com o que Jones expõe em *The Archaeology of Ethnicity*, o pressuposto, assumido pelas “ciências do passado”, que mais contribuiu na “significativa mudança no estudo da humanidade”, ocorrida entre os séculos XVIII e XIX.³¹ Essa espécie de “taxionomia da diferença”³² tinha, não por acaso, relação direta com as concepções evolucionistas então

²⁷ (Bernal, 1987: 282-288).

²⁸ (Bernal, 1994: 119-122).

²⁹ (Bernal, 1994: 125).

³⁰ (Funari, 1999a: 34).

³¹ (Jones, 1997: 41).

³² (Jones, 1997: 40).

correntes, que tomavam a capacidade da fala como o elemento distintivo da espécie humana (concepção que, já durante a primeira metade do século XX, teria em Childe um de seus maiores representantes).³³ a partir dessas bases, e sob o influxo ideológico do pensamento romântico, lembra Jones, a idéia de que cada língua seria a manifestação tangível de uma cultura e de um grupo étnico específico,³⁴ identificável em sua diversidade seja por meio de sua cultura material, de seus atributos físicos ou de sua língua, desenvolver-se-ia no âmbito das ciências do passado, tomando forma, principalmente, no conceito de “raça”.³⁵ Independentemente da forma que assumiria, nos diversos contextos geográficos e intelectuais da Europa (inclinando-se uns em favor de uma abordagem etnológica, outros, antropológica), este conceito, pelo que expõe Jones, estabelecer-se-ia como o “modelo dominante”, em boa parte da literatura especializada do século XIX, para se conceituar grupos humanos; fossem eles compreendidos tanto em termos lingüísticos quanto nacionais ou culturais.³⁶

As idéias de Johann Gottfried Herder (1744-1803), arauto daquilo que Hobsbawm, em *Nações e Nacionalismo desde 1780*, denominou de “nacionalismo étnico”, são bastante representativas das implicações ideológicas aventadas pelo conceito de “raça”. Para ele, esta seria a *fonte*, as *raízes* sobre as quais teria se erigido o “caráter dos povos”; da mesma maneira que, em uma analogia bem ao gosto do pensamento romântico, “a água de uma

³³ (Childe, 1981: 40).

³⁴ (Kluckhohn, 1951: 170).

³⁵ De acordo com Celia Maria M. de Azevedo (2000: 12), o “conceito de ‘raça’”, que “é uma mistificação pobre com efeitos formidáveis, (...) que constituiu o fulcro de uma das formações ideológicas mais poderosas da história”, deve vir sempre “entre aspas”.

³⁶ (Jones, 1997: 40-43).

nascente” teria recebido do solo “a sua composição, as suas qualidades atuantes e o seu sabor”³⁷ O pensamento romântico, visto aqui como um dos resultados da desilusão dos povos do norte da Europa com os ideais revolucionários e com a razão de corte iluminista, se caracterizou tanto pela “evasão” a um passado utópico³⁸ quanto pelas referências ao caráter “monumental”³⁹ da natureza. Por este lado, o quadro *Vapor numa Tempestade de Neve*, pintado em 1814 por William Turner, é bastante representativo de alguns dos “lugares comuns” associados ao romantismo e expõe, de uma certa forma, a disposição de espírito e a carga ideológica que conduziu as outras categorias de produção intelectual que lhe foram contemporâneas, com sua marcada ênfase nas distinções étnicas entre os povos.⁴⁰

A tela em questão, dominada por uma vigorosa sensação de movimento, onde mal se pode distinguir (de acordo com o que sugere o título) o tumulto do mar do despencar furioso da neve, apresenta uma cena carregada de dramaticidade, onde, em seu centro, entre “a arremetida do vento e o impacto das ondas”, pode-se vislumbrar: a “impressão do casco escuro” de um navio a vapor, de sua “bandeira se agitando braviamente no mastro”. Como bem observa Gombrich: “não se poderia reconstruir um barco a vapor do século XIX com base na marinha de Turner”, mas é possível admirar o esforço quase heróico do artista, que pôde *representar* as forças da natureza de uma forma tal que se pode crer que ele as tinha

³⁷ (Herder: 1984: 43-44).

³⁸ (Hauser, 1995: 672).

³⁹ (Janson, 1986: 595).

⁴⁰ Compreende-se que a idéia de “identidade étnica” aventada no período em questão, pode ser circunscrita, de maneira apropriada, pela definição proposta por Jones (1997: xiii): “a maneira que as pessoas têm de se auto identificarem como grupo, seja em termos de diferenças culturais observáveis ou de descendência comum [em termos *raciais*, portanto], diferenciando-as de outros grupos que não compartilham da mesma identidade”.

sob seu domínio.⁴¹ Para o historiador G. M. Trevelyan, que escreveu sua *English Social History* em 1942, a “escola de pintores paisagistas”, da última década do século XVIII, que retratava o gosto geral pelas terras montanhosas e pelo mar (para onde “multidões cada vez maiores dirigiam-se, por motivos de saúde ou em busca de prazer mental”), se não se assenhorava da natureza em si ao menos retratava o sentimento de nostalgia para com os então ícones da vitória humana sobre o mundo selvagem.⁴² Esta opinião, bastante reveladora da confiança depositada na capacidade empreendedora de determinados povos (o britânico, no caso), reproduz, de maneira subliminar, o pensamento herderiano, que via os povos de determinadas nações modernas como o fruto de “raças” vitoriosas, depuradas em um longo processo histórico, que teriam mantido seu viço e constância mesmo após (ou apesar de) contatos com outros grupos raciais.⁴³

A palavra nação é, nas línguas românicas em geral, como coloca Hobsbawm, vernáculo derivado do substantivo latino *natio* (de *natus*, nascido, dado à luz): carregando em seu corpo semântico, portanto, as idéias correlatas de nascimento e grupo de descendência.⁴⁴ A definição que o respeitado *The Oxford English Dictionary*, de 1933, apresenta para este conceito – “um extenso agregado de pessoas, intimamente associadas entre si por descendência, língua ou passado comuns, formando uma “raça” ou povo específico, organizadas em um Estado político separado e ocupando um território definido” – é, reveladoramente, acompanhada da seguinte afirmação: a idéia de “raça”, nos

⁴¹ (Gombrich, 1993: 389-393).

⁴² (Trevelyan, 1980: 416-417).

⁴³ (Herder, 1984: 44).

⁴⁴ (Hobsbawm, 1998: 29).

“primeiros exemplos que se tem notícia”, era “freqüentemente mais marcada que a de grupo político”. O cenário apresentado por Trigger, em seu livro *A History of Archaeological Thought*, recompõe o lugar histórico a que o dicionário de inícios do século passado se refere: o de uma Europa do período posterior à revolução industrial, onde a crescente competição por mercados e matérias-primas e as cada vez maiores ondas de descontentamento social fizeram declinar, de uma maneira significativa, a fé nos benefícios do progresso tecnológico. A idéia de evolucionismo cultural (ícone dessa sociedade em constante mutação), associada ao que era, agora, fonte de caos e destruição, foi, segundo Trigger, preterida (mesmo que não abandonada de forma radical) em favor da pressuposição de que os caracteres distintivos de certos grupos humanos seriam, isso sim, “diferenças raciais essencialmente imutáveis”.⁴⁵ Tornou-se, então, tarefa da História e da Arqueologia (daquela, em um primeiro momento, com a recorrência aos documentos escritos; desta, posteriormente, buscando na cultura material soluções para os problemas suscitados pelos textos) a busca de uma “Idade de Ouro” (um “passado glorioso”)⁴⁶ representativa da “herança biológica comum” que caracterizaria o “laço genético” entre os indivíduos de uma vitoriosa “nação moderna”.⁴⁷

Díaz-Andreu, em seu artigo “Nacionalismo y Arqueología: del Viejo al Nuevo Mundo”, publicado em 1999, funda sua exposição sobre a seguinte hipótese: “a profissão de arqueólogo” – como um discurso institucionalizado, sistematizado e hierarquizado a respeito do passado, e circunscrito a uma prática acadêmica bem delimitada e reconhecida

⁴⁵ (Trigger, 1994: 148 e 150).

⁴⁶ (Díaz-Andreu, 1999: 164).

⁴⁷ (Trigger, 1994: 151).

(como o é, também, a História) – “não existiria se o nacionalismo não houvesse triunfado como ideologia política”.⁴⁸ O governo de cada nascente nação europeia, como coloca Trigger, fomentou ou obstou, de fato, pesquisas arqueológicas de acordo com seus próprios interesses políticos, buscando conduzir a promoção de um sentimento de identidade étnica que favorecesse a coesão nacional.⁴⁹ Nesse sentido, o caso de Gustav Kossina, que usou a equação entre as idéias de língua, “raça” e cultura material na identificação apologética dos ancestrais do povo germanico,⁵⁰ é bastante representativo daquilo que Díaz-Andreu & Champion, no capítulo introdutório da obra por eles organizada, *Nationalism and Archaeology in Europe*, de 1996, expõem: a transformação gradual da História (até então um mero passatempo de espíritos idealistas e diletantes), a partir do século XVIII, por força do “nacionalismo político”, em uma “espécie de *empresa patriótica*”. A considerável “importância política” e ideológica da investigação sistemática do passado, lembram Díaz-Andreu & Champion, pode ser aquilatada por meio da extensa organização de instituições criadas pelos governos europeus para *educar e conscientizar* seus cidadãos e legitimar “a existência do estado na base de sua identidade com a *nação* e com sua *base territorial*”: museus, universidades, monumentos, entre outros.⁵¹ Tais instituições, como coloca Hobsbawm, em *A invenção das Tradições*, foram *construídas*, ou *inventadas*, para favorecer o estabelecimento da *nação*, como inovação histórica moderna; da mesma

⁴⁸ (Díaz-Andreu, 1999: 163).

⁴⁹ (Trigger, 1994: 150).

⁵⁰ (Funari, 1999b: 164).

⁵¹ (Díaz-Andreu & Champion, 1996: 04).

maneira que o foram “os símbolos nacionais” (as Armas, os Hinos e os Heróis, para só citar os mais evidentes) e as próprias “interpretações históricas” e arqueológicas.⁵²

Um excerto do arcadista lusitano Nicolau Tolentino de Almeida é citado pelo *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de 1952, organizado e editado por Caldas Aulete, como um exemplo claro da íntima associação existente entre a idéia de “nação” (como o lugar onde se nasce) com a de “língua pátria”⁵³ (como a língua falada por um povo que nasceu em um determinado Estado nacional): “À pátria língua infiel, és da nação o desdoiro”; a traição para com a língua natal seria, então, um agravo para com a nação como um todo. A lúcida e direta equação entre língua e nação, manifestada, em tom poético e exagerado, por um português letrado do século XVIII, preconiza, de maneira reveladora, o papel atribuído às línguas nacionais no estabelecimento da idéia moderna de *nação*: *representar* o orgulho de um grupo, como símbolo de união e meio difusor de sua cultura. Conceito erudito, representativo de uma língua falada por uma minoria culta, imposto *de cima para baixo* e não vivido pela população como um todo, a “língua nacional” (que, junto com a idéia de *grupo étnico*, é um dos conceitos mais associados à definição de *nação*), é, de acordo com Hobsbawm, também, uma invenção, precedida pelo nacionalismo como ideologia política.⁵⁴ A institucionalização das diferentes *línguas nacionais*, como *estruturas intelectuais* associadas a um programa ideológico bem estruturado, é, de acordo com Díaz-Andreu, um dos resultados mais representativos da

⁵² (Hobsbawm, 1984: 22).

⁵³ Segue-se aqui, de acordo com Díaz-Andreu (1999: 164), a proposição, simplificadora, de uma íntima associação do conceito de pátria com o de nação.

⁵⁴ (Hobsbawm, 1998: 19, 68, 74 e 76).

“ascendência de parte do terceiro estado, a *intelligentsia*”, ao governo dos *Estados Nacionais* europeus, no período posterior à “ruptura com o Antigo Regime”, quando se configurava como possível, então, a “abolição da monarquia” e a instituição dos governos republicanos.⁵⁵ Humboldt, que, lembra Bernal, publicou seu célebre artigo “A respeito do estudo da antigüidade e dos gregos em particular” no mesmo ano em que Luís XVI foi julgado e condenado pela Assembléia Nacional da recém fundada República Francesa,⁵⁶ é, propõe-se, um exemplo claro do traço conservador e reacionário associado com essa *troca de poder*. Seu *programa educacional (Bildung)*, voltado (embalde qualquer alegação em contrário) para uma elite meritocrática temerosa seja dos horrores perpetrados pela Revolução Francesa seja pela dominação estrangeira representada pelo exército napoleônico, apoiava-se na *pré concepção* de uma superioridade lingüística e racial, proposta como verdade irrefutável para o caso modelar da Grécia e estendida arbitrariamente para a Alemanha.⁵⁷

A *nação alemã* do século XVIII – dividida em uma “multiplicidade de principados e Estados” – não era outra coisa, lembra Hobsbawm, senão “um conceito puramente cultural”.⁵⁸ Nas crônicas medievais, lembra Sommer, em seu artigo “Archaeology and Regional Identity in Saxony”, de 2000, os diferentes *grupos germânicos* construíam sua identidade, cada um por sua parte, buscando referências históricas nas tribos ou nos heróis, fossem da *Bíblia* ou da literatura clássica. Até o século XVIII, não havia, de acordo com

⁵⁵ (Díaz-Andreu, 1999: 164).

⁵⁶ (Bernal, 1987: 285).

⁵⁷ (Bernal, 1987: 285 e 288).

⁵⁸ (Hobsbawm, 1998: 77).

este autor, registros da expressão “povo germânico” (entendida como a totalidade dos diferentes grupos), denunciando a inexistência de uma consciência nacional alemã; o que só surgiria, pouco a pouco, depois da invasão francesa, que colocaria a nu a vulnerabilidade decorrente dessa falta de unidade.⁵⁹ A formação dessa *consciência nacional* deve ser tomada no contexto de uma das mais agudas crises de identidade experimentadas pelos povos de língua germânica: enquanto a França era, tanto militar quanto culturalmente, a *ponta de lança* do cenário europeu, a Alemanha, por sua parte, era um país fragmentado politicamente, experimentando um retrocesso econômico e um depauperamento militar sem precedentes; crise que, segundo Bernal, ecoava ainda os resultados da Guerra dos Trinta Anos. O cenário intelectual decorrente desse panorama político-econômico era o que segue: nos círculos cultos e aristocráticos não se falava ou lia-se em alemão, mas latim ou francês; face a isso, Leibniz chegou a manifestar o temor de que a língua alemã, correndo risco mortal, jamais formaria um discurso literário ou filosófico digno de reconhecimento. A “resposta mais significativa para esta crise”, por parte dos intelectuais alemães do período, foi, como expõe Bernal, tentar “voltar a Alemanha às suas raízes culturais”, buscando, assim, criar, em seu próprio território e a partir de seu povo, uma autêntica civilização germânica.⁶⁰

A afirmação das identidades étnicas foi (como já visto acima com o exemplo de Herder) uma idéia de inspiração romântica fundada sobre a distinção entre as “raças”. Esta,

⁵⁹ (Sommer, 2000: 126 e 127). Para Sommer, teria sido o filósofo nacionalista J. G. Fichte quem, em 1807-8, primeiro deu forma a uma “consciência alemã”, em oposição à uma prussiana, saxã, etc., nas suas “Orações à Nação Alemã”.

⁶⁰ (Bernal, 1987: 205-206).

no contexto de um cenário europeu voltado à conquista imperialista do mundo *não civilizado*, foi alçada ao *status* de verdade por meio do testemunho *inquestionável* de Aristóteles,⁶¹ que via a localização geográfica e as características climáticas de uma região como fatores determinantes na constituição de um tipo humano intelectualmente superior e politicamente habilidoso (o que foi ressaltado pelos intelectuais do período como uma espécie de apologia das “*raças*” *superiores*, justificando, dessa maneira, o imperialismo europeu e a escravização dos povos ditos *inferiores*).⁶² Os pensadores daquele período tomaram, nesse sentido, como o lugar geográfico que teria favorecido o desenvolvimento de uma “*raça*” superior, em consonância com algumas das representações pictóricas do romantismo, o mesmo cenário que, retratado de maneira idealizada pelos pintores, era, de fato, o ícone do isolamento político e cultural dos povos do norte, em uma comparação com o centro da Europa: as regiões altas das montanhas nebulosas e geladas; das quais o quadro *Paisagem nas Montanhas da Silésia*, de Caspar David Friedrich (1774-1840), é um bom exemplo.⁶³ Não por acaso, a filologia histórica, durante o século XVIII, como expôs Bosch-Gimpera, “identificou”, no vale do Danúbio ou no Norte da Europa, a matriz cultural e étnica de uma das duas ramificações do “primitivo tronco indoeuropeu” (representadas pela sua maneira particular de formar a palavra *cento*): as línguas e povos *centum*, identificados com os indo-europeus ocidentais – gregos, italo-celtas e germanos.⁶⁴ A confiança que os filólogos alemães (ou pelo menos alguns deles) depositavam na cota que lhes cabia dessa

⁶¹ Política. VII.7. Citado por Bernal (1987: 202).

⁶² (Bernal, 1987: 201-202).

⁶³ (Gombrich, 1993: 392 e 394).

⁶⁴ (Bosch-Gimpera, 1989: 10).

“herança cultural” é bem manifesta pelo termo que cunharam para designar o tronco do qual teriam derivado todas as línguas superiores do passado europeu: “indo-germânico”.⁶⁵

Os modelos de tronco e família lingüísticas, inspirados no evolucionismo darwiniano, foram criados, ainda em inícios do século XVIII, pela lingüística histórica, em uma analogia com a natureza, tão ao gosto do pensamento romântico: organismos vivos, enraizados em seu próprio solo, sustentados pelo meio ambiente, crescendo quase indefinidamente; árvores progridem e nunca regredem, têm um passado simples, nuclear, e um presente e um futuro complicados e ramificados.⁶⁶ Dessa maneira, ligada intimamente a um determinado “local, paisagem e clima”, uma língua, expõe Funari, cuja “essência” não seria alterada por contatos históricos”, pensavam os românticos, deveria ser a “expressão individual” de um povo específico.⁶⁷ O interesse pela cultura e pela linguagem iranianas e indianas, resultante da penetração francesa e britânica naquele “subcontinente”, coloca Bernal,⁶⁸ teria guiado à conseqüente constatação de afinidades, identificáveis tanto nas raízes verbais quanto nas formas gramaticais, entre o sânscrito e as línguas européias, logo “explicadas” pela tese de uma “origem comum”.⁶⁹ Uma “raça”, ariana, seria portadora dessa língua, e esse povo (designado pelos especialistas franceses e ingleses de indo-europeu)⁷⁰ foi logo considerado superior por fatores lingüísticos.⁷¹ Schlegel (que transpôs o

⁶⁵ (Bernal, 1987: 227).

⁶⁶ (Bernal, 1987: 205).

⁶⁷ (Funari, 1999b: 162).

⁶⁸ (Bernal, 1987: 227-228).

⁶⁹ (Funari, 1999b: 162).

⁷⁰ Os desenvolvimentos ulteriores da Arqueologia, na investigação dos laços culturais entre os diversos povos representados pela língua indo-européia, guiaria à conclusão de que “a entidade lingüística corresponde parcamente às evidências raciais e culturais”. In (Bray & Trump, 1982: 120).

entusiasmo britânico pelo estudo do sânscrito para as terras de língua germânica)⁷², com sua certeza no progresso futuro das ciências filológicas e históricas,⁷³ distinguiu, de acordo com Funari, dois tipos de língua:

“as nobres, flexionadas, de origem espiritual, que permitiam o desenvolvimento da inteligência e o pensamento abstrato e universal, como as línguas indo-européias, e as línguas não-flexionadas, de tipo animalesco, como todas as outras”.⁷⁴

De acordo com Hobsbawm, o espírito nacionalista alemão foi estabelecido, da mesma maneira que o conceito de *grupo étnico*, de acordo com uma orientação preponderantemente lingüística. Para este autor, diante do fato de que os povos germânicos, divididos em seu próprio território, também encontravam-se distribuídos por parte da Europa central e oriental, intelectuais daquela extração étnica teriam, então, argumentado que: “a língua seria o único indicador adequado da nacionalidade”.⁷⁵ Assim, na Alemanha, da mesma maneira que na Itália, afirma este autor, a *língua oficial* da nação “não era meramente uma conveniência administrativa”, mas, o “argumento central” na criação, por parte da *intelligentsia*, de um “Estado unificado nacional”.⁷⁶ O retorno às “autênticas raízes germânicas”, preconizado como resposta à já citada crise de identidade do século XVIII, configurou-se (não de maneira exclusiva, mas preponderante) de acordo com essa

⁷¹ (Funari, 1999b: 162).

⁷² (Bernal, 1987: 230).

⁷³ (Dilthey, 1984: 271).

⁷⁴ (Funari, 1999b: 163).

⁷⁵ (Hobsbawm, 1998: 34).

orientação do nacionalismo alemão, buscando na Grécia o espelho de uma suposta ancestralidade e superioridade germânicas. Malsucedidas as tentativas de se levar a termo a idéia de um Sacro Império Romano Germânico, e face às analogias feitas ao poder representado pela França (Paris, capital de um país católico que falava uma língua de extração latina, era tomada como a “Nova Roma”), restava à Alemanha, então, construir-se como uma espécie de “Nova Grécia”.⁷⁷ Um paralelo era bastante tentador: “a triste sorte das cidades-Estado gregas, sujeitas a lutas fratricidas e, depois, à conquista estrangeira”, como expôs Finley, em seu artigo “Os gregos antigos e sua nação”, tornou-se, por exemplo, “uma lição favorita na batalha ideológica para a unificação” da Alemanha.⁷⁸

“A nação moderna” – que deve, segundo Díaz-Andreu, ser compreendida por sua “objetiva modernidade” em contraposição à sua “subjativa antigüidade”⁷⁹ – é, como afirmou Hobsbawm, uma “comunidade imaginada” que tem como objetivo principal “preencher o vazio emocional causado pelo declínio (...) de relações ou comunidades humanas reais”.⁸⁰ As lutas nacionalistas, em que poloneses e eslovenos acusaram o fato da “língua nacional alemã” ter sido inventada por “chauvinistas da Grande Alemanha para justificar seu expansionismo territorial”, tem, como quis Hobsbawm, um “fundo de verdade”,⁸¹ e são bastante representativas das inadequações existentes entre uma categoria ideológica e uma realidade política multifacetada. Deve-se ter em conta, dado o panorama

⁷⁶ (Hobsbawm, 1998: 127).

⁷⁷ (Bernal, 1987: 214).

⁷⁸ (Finley, 1989: 128-129).

⁷⁹ (Díaz-Andreu, 1999: 163).

⁸⁰ (Hobsbawm, 1998: 63).

⁸¹ (Hobsbawm, 1998: 75).

até aqui esboçado, que “a consciência histórica de que se orgulha o homem ocidental”, com suas referências ao passado e os elos criados entre este e o presente, talvez não passem, como argumentou White, “de uma base teórica para a posição ideológica a partir da qual a civilização ocidental encara seu relacionamento não só com as culturas e civilizações que a precederam mas também com as que lhe são contemporâneas no tempo e contíguas no espaço”;⁸² o que deve ser estendido às categorias ideológicas associadas com o nacionalismo. Na Alemanha de finais do século XIX, por exemplo, como expõem Díaz-Andreu & Champion, atribuiu-se, presunçosamente, por meio das idéias correlatas de nação, “raça” e linguagem, a um significativo número de achados arqueológicos da cultura germânica, de maneira muitas vezes arbitrária e tendenciosa, um elo com uma original “raça” indoeuropéia, como uma tentativa de fundar as bases da “superioridade da nação alemã”.⁸³ As relações de parentesco entre o grego antigo e o alemão moderno, desenhadas por Humboldt, são, propõe-se, representações de um tipo análogo ao da exemplo da Arqueologia. Para aquele helenista alemão, como expôs Funari, um elo entre as línguas alemã e grega, explicaria “a superioridade cultural” compartilhada por aqueles dois povos, sendo ambos o resultado da “autenticidade e pureza” de suas línguas, que não teriam sido contaminada “por elementos estrangeiros”.⁸⁴

Momigliano lembra que a historiografia é, hoje, para nós, muito mais importante do que foi, então, para os gregos. Para o helenista italiano, o aumento na demanda e uma renovação nas investigações históricas está, também, relacionado com o crescimento dos

⁸² (White, 1995: 18).

⁸³ (Díaz-Andreu & Champion: 1996: 05).

⁸⁴ (Funari, 1999b: 163).

estados europeus nos últimos séculos; o que teria guiado a História a “suprir a demanda” pela construção das novas identidades nacionais.⁸⁵ Este esforço da disciplina histórica, vista aqui em um sentido moderno, não teria deixado de significar, de acordo com o até aqui exposto, uma incessante confrontação com os modelos originais gregos; o que autorizaria a frase de Momigliano: Heródoto é, ainda, “para nós o ‘pai da História’ como o era já para Cícero”,⁸⁶ e muitos depois dele, propõe-se. Joyce, em seu artigo “The End of Social History”, de 1995, identificou a História como a parte mais ativa do “projeto da modernidade”: “não inocentemente descrevendo o mundo mas criando-o à sua própria imagem política e intelectual”.⁸⁷ Pressuposto que guiará a análise e crítica dos comentadores de Heródoto que serão objeto dos capítulos subseqüentes. Em outras palavras (para citar quem um respeitado estudioso brasileiro denominou de desconstrutivista *avant la lettre*), a tradição de comentadores de Heródoto, aqui estudada, será analisada de acordo com a idéia de que a “grande tradição é bidirecional”,⁸⁸ pois, o “interesse pelo passado é um diálogo onde um dos lados, devido à sua própria existência, vive e compreende de maneira contemporânea”.⁸⁹

⁸⁵ (Momigliano, 1984: 36-37).

⁸⁶ (Momigliano, 1984: 9).

⁸⁷ (Joyce, 1995: 73).

⁸⁸ (Finley, 1991: 5).

4. HERÓDOTO E SUA TRADIÇÃO DE INTERPRETAÇÃO: NÃO UM LUGAR MAS UM PERCURSO

Ao discutir a constituição do “interesse pela História” na Atenas do século V a.C. Finley lançou a seguinte pergunta: por que “alguém (...) afastou-se tão radicalmente das atitudes habituais [representadas tanto pela celebração épica quanto pela especulação filosófica] e ‘inventou’ a idéia de história”? Para este autor, a mera equação entre as heranças oriundas, por um lado, da filosofia jônica e, por outro, da tradição épica não explicariam o desenvolvimento da “novidade” representada pelas narrativas de Heródoto e, posteriormente, Tucídides. O fator determinante na dita “invenção da História” (expressão que Finley toma emprestado de Collingwood) seria, então, a *polis* clássica ateniense: pois esta teria colocado em evidência, pela primeira vez na história ocidental, a política como atividade humana, “elevando-a (...) à mais fundamental das atividades sociais” e tornando imprescindível a constituição de “um novo enfoque do passado”.⁸⁹ A maneira como se desenvolveu esta idéia no pensamento de Finley já foi objeto de investigação, tornada pública em artigo;⁹¹ interessa aqui, por outra parte, analisá-la criticamente, compreendendo-a como apenas um resultado posterior de uma bem estabelecida tradição de interpretação acerca tanto do esforço intelectual herodoteano quanto do monumento representado por sua

⁸⁹ (Finley, 1991: 6-7).

⁹⁰ (Finley: 1989: 24). Em nota explicativa, Finley (1989: 234) observa que este “novo enfoque do passado” seria, de acordo com Collingwood (1972: 29): “a conversão da redação de lendas em ciência da história (...), uma invenção de Heródoto”.

narrativa. Tal tradição, como se verá, é, por um lado, tributária de um longo juízo de valor acerca do esforço de Heródoto e, por outro, fundadora de um bem sucedido modelo explicativo acerca do processo em que foram vertidas as *Histórias*.⁹² Cumpre-se, entretanto, antes que seja apresentado o teatro das representações em questão,⁹³ dar a conhecer os principais personagens desse campo de discussão: Heródoto e sua obra.

4.1. Pontos de amarra, primeiras fundações

Hartog argumenta que se sabe “muito pouca coisa” a respeito da vida de Heródoto, e apenas “através de algumas informações tardias”.⁹⁴ Aparte sua própria obra, a principal notícia é, como lembram How & Wells, aquela contida no léxico *Suda*.⁹⁵

⁹¹ (Hering, 2000a, 153-164).

⁹² Optou-se por se referir de maneira plural à narrativa de Heródoto, compreendendo, de acordo com Darbo-Peschansky (1998: 13), que: muito além de “simplesmente (...) incorporar uma tradição editorial e de organização do texto em nove livros, que (...) vem dos alexandrinos”, esta seria, também, uma maneira “de reconhecer a grande diversidade temática da obra, aspecto que sempre impressionou os estudiosos, a ponto de tornar-se um *leitmotiv* dos estudos consagrados a Heródoto”.

⁹³ Em sua vertente britânica, própria do início do século XX, tributária do *milieu* intelectual europeu do século que a precedeu.

⁹⁴ (Hartog, 1999: 32).

⁹⁵ Como lembra Bowder (1988: 309), esta era uma “Enciclopédia [com a licença da palavra] compilada c. 980 d.C. em Constantinopla, baseada em coleções e epitomes anteriores e nos dados biográficos apresentados por Hesiquio de Mileto (VI d.C.)”. Lesky (1985: 864) adiciona que a *Suda* bizantina representa “a última fonte (que mesmo indispensável, é de valor duvidoso) da antiga literatura compiladora alexandrina”.

“Heródoto, filho de Lixes e Drio, irmão de Teodoro, oriundo de Halicarnasso, nasceu de uma família abastada; migrou e fundou morada em Samos, por causa de Ligdamis, que foi tirano de Halicarnasso algum tempo depois de Artemisia; pois Pisendelis foi filho de Artemisia e Ligdamis de Pisendelis. Em Samos ele se familiarizou com o dialeto jônico e escreveu uma história em nove livros, começando com Ciro, o persa, e Candaules, o rei da Lídia. Retornou para Halicarnasso e expulsou o tirano, mas depois, quando foi afrontado por seus conterrâneos, seguiu como voluntário para Turi, então colonizada pelos atenienses. Lá ele morreu e está enterrado na *Ágora*. Alguns, entretanto, dizem que ele morreu em Pela. Seus livros carregam os nomes das Musas”.⁹⁶

A isto deve ser adicionado, lembram How & Wells: i) o que diz a própria *Suda* a respeito de Paniasis, tio ou primo de Heródoto, condenado à morte e executado por ordem de Ligdamis: poeta épico e *vidente/capaz de ver coisas surpreendentes (teratoskópos)*; ii) a data que Aulus Gellius, em suas *Noctes Atticae*, estabeleceu para o nascimento do cronista: 484 a.C..⁹⁷

Tais colocações, “fundadas”, segundo How & Wells, “não em evidências definitivas mas em meras inferências”,⁹⁸ irão compor, de maneira geral, o campo de possibilidades onde serão geradas as interpretações críticas acerca tanto da obra quanto do esforço intelectual herodoteano. A tradição crítica, neste contexto, elegeu como dignas de confiança as seguintes informações: i) Heródoto nasceu em Halicarnasso;⁹⁹ ii) teve ligações

⁹⁶ Citado por How & Wells (1989: 1), apenas em tradução inglesa.

⁹⁷ (How & Wells, 1989: 1 e 2).

⁹⁸ (How & Wells, 1989: 2).

⁹⁹ How & Wells (1989: 53), apesar de uma tradição indireta optar pela versão da obra que apresentava Heródoto como sendo de Turi, optam pela versão estabelecida pelos alexandrinos, *Herodótou Halikarnesséos*, que, segundo eles, “deveriam ter boas razões” para proceder desta maneira. Myres (1971: 3) lembra que na “base de uma figura”, encontrada na livraria construída em Pérgamo por Eumenes II (197-159 d.C.), pode-se ler “Heródoto de Halicarnasso”, o que ajudaria a dilucidar a questão.

com Paniasis, poeta épico, autor de *Heracléia* (celebrações das façanhas de Héracles) e *Iônica* (registro, em versos, da história da fundação das colônias jônicas),¹⁰⁰ cujas influências podem ser percebidas nas *Histórias*;¹⁰¹ iii) viveu parte de sua vida em Samos;¹⁰² iv) fez parte do esforço ateniense na colonização de Turi, na Magna Grécia;¹⁰³ v) nasceu, provavelmente, em uma data muito próxima daquela proposta por Gelius;¹⁰⁴ vi) morreu, pelo menos como testemunha, durante os cinco primeiros anos da Guerra do Peloponeso;¹⁰⁵ vii) esteve em Atenas, onde leu publicamente seu trabalho.¹⁰⁶

¹⁰⁰ Lesky (1985: 131) lembra que a crítica antiga elogiou a estrutura da *Heracléia* de Paniasis, vinculando o seu nome aos de Homero, Hesíodo e Píndaro. Acerca de *Iônica*, o helenista alemão apenas afirma estar a obra “totalmente imersa nas sombras”.

¹⁰¹ How & Wells (1989: 3) relacionam as passagens I.142-150, II.43-45 e IV.8-10 como traços desta influência.

¹⁰² As passagens III.54-60, onde Heródoto demonstra uma especial familiaridade e uma preferência para com essa ilha, são relacionadas por How & Wells como evidências neste sentido.

¹⁰³ Sua estada em Turi, lembra Myres (1971: 14), é documentada pela referência feita a esta cidade, por uma tradição indireta, no próêmio da narrativa de Heródoto: *Herodótou Thouríou*. Aristóteles, na *Retórica* (3,9.1409a a 1429), como lembra Lesky (1985: 335), possivelmente teve acesso à uma cópia desta versão, designando, então, Heródoto como de Turi.

¹⁰⁴ Como assinalam How & Wells (1989: 3), esta data, mesmo que aproximada, “está inteiramente de acordo com o testemunho do próprio Heródoto, que nunca fala como um contemporâneo dos eventos que descreve, mas afirma ter conhecido pessoalmente quem o foi”.

¹⁰⁵ Heródoto, segundo (How & Wells, 1989: 9), “silencia” a respeito de qualquer evento ocorrido após 430 a.C. Este intervalo, estabelecido pela tradição, entre 484 e 420(?) a.C. é o que permite celebrar Heródoto como a figura que se inscreve entre “as Guerras Médicas, que ele não viveu (...); e a Guerra do Peloponeso, de que conheceu pelo menos os princípios” (Hartog, 1999: 32).

¹⁰⁶ Myres (1971: 9 e 11) relaciona as passagens I.98 (onde se compara a cidade fortificada de Ecbatana com os muros de Atenas) e IV.99 (onde se compara a Cítia com a Ática) como evidências de que Heródoto tivesse escrito para um público ateniense. A referência feita por Plutarco (*Moralia*, 11, 857, 26 *De Herodoti malignitate*), de que Heródoto teria recebido uma gratificação em dinheiro pelas suas recitações em Atenas, é, para Lesky (1985: 336), uma indicação suficiente para afirmara que “o homem de Halicarnasso tenha

How & Wells assinalam, além disso, dois outros tipos de evidências relacionadas com a vida de Heródoto, possíveis, estas, de serem depreendidas da sua própria obra: i) suas viagens; ii) as datas e os lugares relacionados com a composição das *Histórias*.¹⁰⁷ Com relação às viagens, De Sanctis apresenta os lugares que o autor grego sugere ter visitado: esteve em Samos; percorreu a costa da Ásia Menor; visitou Sardes; navegou no Mar Negro, onde se deteve em Olbia; percorreu a Trácia, a Macedônia, a Península Grega; visitou as colônias helênicas da Sicília e da Itália, quando de sua estada em Turi; foi a Cirene, na Líbia; no Egito, seguiu até o Sul, na cidade de Elefantina; esteve em Tiro, na costa da Palestina; visitou a Babilônia, sua mais longa incursão oriental. Como expõe o helenista italiano, questionar a veracidade destas viagens tornou-se, desde a antigüidade, uma recorrência na tradição crítica que, por meio da comprovação ou da refutação delas, conferiu ou não confiabilidade à narrativa herodoteana: em uma aplicação direta do critério tucidideano da *autopsía* (*vide* próximo item para maiores detalhes).¹⁰⁸ No que se refere às datas e aos locais relacionados com a composição da narrativa, foram, em finais do século XIX, delineadas as seguintes teorias, desenvolvidas por seus autores a partir da análise documental:

- i) Teoria de Kirchhoff:** i) Heródoto teria escrito sua obra na ordem em que a conhecemos hoje; ii) Os três primeiros livros, até III.118, teriam

passado parte importante de sua vida em Atenas (...), o então centro da vida espiritual dos helenos”; que é, também, a opinião de How & Wells (1989: 6).

¹⁰⁷ (How & Wells, 1989: 4).

¹⁰⁸ (De Sanctis, 1951: 258).

sido escritos em Atenas; iii) As seções seguintes, até V.77, teriam sido escritas na Itália; iv) O trabalho teria sido finalizado depois de seu possível retorno à Atenas, onde morreu e foi enterrado.¹⁰⁹

ii) Teoria de Schöll e Bauer: i) As várias partes (*lógoi*)¹¹⁰ da obra de Heródoto teriam sido compostas de maneira independente, respeitando todas (pelo menos no que tange aos *lógoi* consagrados aos povos bárbaros) a mesma ordem de exposição: descrição geográfica; leis e costumes; coisas extraordinárias (*thaumásia*); história; ii) Os livros VII, VIII e IX (o teatro das guerras) teriam sido os primeiros a serem escritos, em Atenas; iv) Os demais livros teriam sido escritos posteriormente, à medida que Heródoto tomara contato, em suas viagens, com os diferentes países contemplados em sua narrativa; v) Os diferentes *lógoi* foram, posteriormente, costurados em um todo único, tarefa que foi levada a termo em Turi (para onde ele partiu depois de terem sido feitas acerbias

¹⁰⁹ Como resumida por How & Wells (1989: 10). A obra a que os autores se referem é KIRCHHOFF, A. *Über die Entstehungszeit des Herodotischen Geschichtswerkes*, Berlin, 1878.

¹¹⁰ *Lógos*, do verbo *légo*, cujo infinitivo é *légein* (*colher, reunir* (sentido arcaico), *enumerar, contar*). Na *Iliada* XV.393 *lógoi* são os *contos* com que Pátroclo distrai Eurípilo, enquanto trata de sua ferida. Na *Odisséia* I.56, por outra parte, *lógoi* são *palavras doces e lisonjeiras* com que a Ninfa Calipso seduz Ulisses. Estas duas versões autorizariam a tradução de *narrativa*. *Lógoi* são, também, os diferentes *contos inverosímels* dos gregos dos quais Hecateu buscará descobrir a verdadeira versão; o que autorizaria a idéia de *histórias* (Pereira, 1993: 254-257). *Lógoi*, por outra parte, serão, em Heródoto, entre outros sentidos, os diferentes *discursos*, as diferentes *descrições* que tratam dos diferentes povos e dos diferentes assuntos: *lógos* persa, egípcio, etc. (Powell, 1977: 210).

crítica acerca dos *lógoi* que descreviam os povos bárbaros)¹¹¹ e finalizada em Atenas.¹¹²

Não por acaso, dado o acima exposto, o ponto mais importante, ressaltado pela *Suda*, a ser refutado pela tradição crítica (além, obviamente, da fantasiosa divisão em nove livros e da atribuição dos nomes das musas a cada um deles, obra dos copistas alexandrinos do período helenístico)¹¹³ é o de que Heródoto teria escrito sua obra em Samos.¹¹⁴ Nesse contexto, a tradição de interpretação que deu forma aos modelos explicativos acima expostos, que estenderam seu campo de influência até as leituras que os estudiosos de inícios do século XX levaram a termo, compreendia o prófugo de Halicarnasso dentro de um “corte epistemológico”,¹¹⁵ que só teria acontecido, segundo seus modelos, graças (em

¹¹¹ Esta é uma alegação recorrente na História das *Histórias*. Um documento neste sentido seria a caracterização de Heródoto como “filobárbaro” por Plutarco (*Moralia*, 11, 857, 12-13, “*De Herodoti malignitate*”, citado por Funari (1995: 44)).

¹¹² Como descrito por De Sanctis (1951: 259) e How & Wells (1989: 12). As obras que os autores se referem são: SCHÖLL, A. *Herodots Entwicklung, Herodots Vorlesungen*, Philologus, X, 1855; BAUER, A. *Die Entstehung des Herodotischen Geschichtswerkes*. Viena, 1878.

¹¹³ (How & Wells, 1989: 51).

¹¹⁴ Também a hipótese de que nessa ilha ele teria aprendido o dialeto jônico é refutada. Seu estilo, como lembra Myres (1971: 3) é uma “mistura de dialetos jônicos”, do mesmo tipo que se encontra nos fragmentos mais antigos de Hipócrates de Cós e de Hecateu de Mileto; segundo este especialista, jônico era o dialeto oficial de Halicarnasso já na época de Heródoto. A influência jônica em Halicarnasso, a mais setentrional (e jônica) cidade da antiga Hexápolis Dórica, pode ser medida por uma passagem do próprio Heródoto (I.144): as cinco outras cidades dóricas do Sul da Ásia Menor teriam expulsado Halicarnasso da comunidade, durante o período de ocupação persa, por ter um de seus habitantes desprezado a proibição de retirar do templo de Apolo o tripé de bronze que lhe fora concedido como prêmio pela vitória nos jogos em honra ao Deus.

¹¹⁵ (Hartog, 1999: 371).

uma medida ou outra) ao caráter “propiciatório” do panorama cultural da bem sucedida *pólis* ateniense do século V a.C. Tal eleição, como se verá, paga tributo ao juízo, estabelecido na antigüidade, a respeito de Heródoto, por um lado, e, por outro, celebra a novidade histórica representada pelas recém estabelecidas nações européias. De imediato, buscando compor um panorama de inteligibilidade minimamente suficiente, debruçar-se-á sobre a obra de Heródoto e o juízo que se estabeleceu, desde a antigüidade, a seu respeito.

4.2. O exílio entre dois extremos

Voltaire, em seu *Dicionário Filosófico*, de 1764, colocou nos seguintes termos o crédito que, segundo ele, deveria ser depositado na obra de Heródoto:

“Ao narrar o que lhe disseram os bárbaros em cujos países viajou, Heródoto (...) não nos diz mais que tolices (...). Quando, porém, fala do que viu, dos costumes dos povos que estudou, das antigüidades que submeteu a exame, aí sim dirige-se a gente grande”.¹¹⁶

Este juízo, que o francês do século XVIII, mesmo não inaugurando, contribuiu para fixar, repousa, expõe Hartog sobre uma “partilha”, uma *linha divisória*, recorrente na história das interpretações das *Histórias*: existiriam “dois nomes de Heródoto”, o do “contador de coisas fabulosas”, pouco digno de confiança; e o do *investigador*, que a tradição costumou

¹¹⁶ (Voltaire, 1959: 101).

reconhecer como fonte.¹¹⁷ A genealogia dessa linha interpretativa é, de acordo com Momigliano, tão longa como a própria idéia de História, e repousa sobre o veredicto, estabelecido na antigüidade e legado à posteridade, pronunciado por Tucídides (I.22.4) menos de meio século depois de *publicada* a narrativa de Heródoto.¹¹⁸ Para o cronista da guerra do Peloponeso, a História deveria ser um fruto útil (*ofélíma*),¹¹⁹ uma *possessão para sempre* (*ktéma es aiei*), fundada, de preferência, na observação (*autopsía*) dos fatos narrados, circunscritos à esfera das ações especificamente humanas (*katá tó anthrópinon*).¹²⁰ O caráter eminentemente político e utilitário inscrito nessa delimitação teórica, que tinha como escopo, segundo Momigliano, “estabelecer critérios mais confiáveis” à investigação do passado, mesmo que a custo da submissão aos acontecimentos contemporâneos,¹²¹ promoveu um corte radical para com a tradição mítica

¹¹⁷ (Hartog, 1999: 35).

¹¹⁸ (Momigliano, 1984: 135-137).

¹¹⁹ (Canfora, 1987: 16).

¹²⁰ (Plácido, 1986: 18).

¹²¹ Note-se que na *Arqueologia* (I.2-19) Tucídides, como apresenta Romilly (1998: 155-156), leva a termo uma “exposição histórica relativa a fatos mais antigos e mais difíceis de estabelecer”, a respeito “das origens da Grécia até a época contemporânea”. Em seu esforço para demonstrar que a Guerra do Peloponeso “foi mais importante que tudo que a precedeu”, Tucídides teria, possivelmente, recorrido à epopéia e às narrativas dos logógrafos. Diferentemente daqueles, “nomes de heróis, façanhas memoráveis” (impossíveis de serem verificados pela *autopsía*) não lhe interessavam, mas “o estado da civilização: o comércio, o modo de vida, o ambiente, a arte da navegação”. Como lembra Almeida Prado (1999: XXI), a *Arqueologia* representa não uma *investigação* do passado glorioso, digno de fama, como proposto por Heródoto, mas uma tentativa, por meio de uma “revisão do passado”, de “restabelecer a verdade (...) sobre os acontecimentos anteriores”.

e impôs um juízo marcadamente depreciativo a respeito do “audaz intento de Heródoto de abrir à investigação histórica as portas do passado e dos países estrangeiros”.¹²²

Heródoto, no próêmio de sua obra, declara serem suas *Histórias* uma *apresentação pública* (*apódexis*) das suas *investigações* (*historíes*). Como assinalou Snell, seríamos injustos, “e cercearíamos em nós a possibilidade” de compreender a narrativa herodotea, se apreciássemos seu esforço a partir de critérios essencialmente modernos.¹²³ A palavra *historíe*, como bem expôs Gagnebin, “tem (...) uma significação muito mais ampla” do que o “conceito” moderno, relacionado este a um “gênero científico bem determinado”.¹²⁴ Alçada, no século XIX, ao *status* de ciência (*Wissenschaft*), associou-se à História, como expôs Funari, a confiança na possibilidade de uma descrição positiva do passado, calcada na análise filológica dos documentos (textos escritos).¹²⁵ quando, então, a *praxis* hegemônica nos domínios da História seria a recorrência aos arquivos, menosprezadas “a observação pessoal e as fontes orais”.¹²⁶

Historía (do jônico *historíe*), como lembra Nagy, uma derivação de termos associados à prática jurídica das *póleis* gregas, é uma variação do verbo *ver* (*ideîn*, infinitivo da forma aorista *eîdon*, cuja forma presente, **eîdo*, é preterida em favor do verbo *horáo*): estando seu sentido implicado na íntima conexão entre este sentido e o conhecimento (de *oîda/eidénai*, *tenho visto/ter visto*, passado perfeito de **eîdo*, com sentido

¹²² (Gagnebin, 1997: 17 e 26; Momigliano, 1984: 137).

¹²³ (Snell, 2001: 161-162).

¹²⁴ (Gagnebin, 1997: 16).

¹²⁵ (Funari, 2001a: 4-5).

¹²⁶ (Momigliano, 1984: 143-144).

presente, *sei/saber*).¹²⁷ O substantivo *hístor* (que denuncia sua origem no paralelo com as formas anômalas do imperativo de *oída*: *ísthi, isto...*),¹²⁸ do qual deriva *historie*, tem o sentido circunscrito, de maneira reveladora, pelo uso que dele faz Homero, na *Iliada* (XXIII, 486). Entre as competições realizadas por ocasião dos funerais de Pátroclo, sucedeu-se a uma corrida de carros; Ájax e Idomeneu apostam quem é capaz de discernir, na distância, qual o condutor que se aproxima. Diante de um impasse, propõe Idomeneu: faça-se de Agamemnon o *hístor* da questão. O príncipe dos aqueus, neste contexto: sabe por ter visto; é capaz de julgar, uma vez que foi testemunha ocular do fato em questão.¹²⁹ Uma outra passagem da *Iliada* (XVIII, 497-501) ajuda a perfazer a circunscrição, para os objetivos desta exposição, do significado de *hístor*: a descrição de um litígio (*neĩkos*), gravado por Hefesto (que forja as armas com que o filho de Tétis enfrentará e baterá o maior dos argivos) no escudo de Aquiles. Dois homens, que discutiam a respeito da *compensação* a ser paga (*poiné*) por um homicídio, buscam a mediação de um *hístor*. Um grupo de anciãos, cada um por sua parte, emitirá sua sentença, cabendo ao que proferir a mais justa um prêmio em ouro. O *hístor*, neste contexto, é aquele que, mesmo não tendo visto, é capaz de, por seu juízo, fazer ver, colocando um fim à contenda.¹³⁰ O sentido de

¹²⁷ (Nagy, 1990: 250; Liddell & Scott, 1997: 226, 375, 385 e 544).

¹²⁸ (Jones *et alli*, 1989: 124). O espírito áspero encontrado no substantivo *hístor* se explica como uma “permanência” (como se a aspiração buscasse registrar o *som perdido*) do *digama*, consoante arcaica (com o som muito próximo do *w* das línguas anglo-saxãs). A existência do *digama* é o que explicaria, por exemplo, o parentesco entre as formas **uid* (grega) e *video* (latina), como parte do mesmo tronco lingüístico (Lozano, 1987: 16-17; Liddell & Scott, 1997: 226).

¹²⁹ (Lozano, 1987: 17).

¹³⁰ (Nagy, 1990: 251-252).

historiē fica, dessa maneira, circunscrito pela prática do *hístōr*: o julgamento, a avaliação, a investigação, tendo como critério, tanto em um sentido estrito quanto figurado, o olhar.

A obra de Heródoto (e, com ela, o estatuto do *hístōr*) pode, então, em uma medida significativa, ser relacionada à “crescente prática judiciária, na Grécia do século V a.C., de audição de testemunhas.”¹³¹ como fosse o “historiador” um juiz em um tribunal da *pólis*, empregando ele, de acordo com Vernant, “toda uma técnica de demonstração, de reconstrução do plausível e do provável”, buscando “elaborar a noção de uma verdade objetiva”.¹³² Tal noção de *verdade*, do grego jônico *alethēs*, poderia ser satisfatoriamente determinada de acordo com o compromisso inscrito no mais discutido fragmento do célebre antecessor milésio de Heródoto, Hecateu (Jacoby, F Gr Hist 1F1): como o critério a partir do qual os *muito e riziéis* (*polloí te kai gelloíoi*) *contos dos gregos* (*Hellénōn lōgoi*) deveriam ser avaliados. Rotina que, como bem expressou Darbo-Peschanski, representando uma tentativa “sem maiores precauções (...) de depurar as tradições gregas”, continuaria freqüentando o movediço território da opinião (*hos moi dokei alethēa eînai*).¹³³ Deve-se ter em conta que *alethēs* é substantivo originado de uma das formas paralelas do verbo *lantháno*: *passar despercebido, ser ignorado, não ser lembrado*,¹³⁴ do qual o sentido impregna, por exemplo, o nome de *Lete* (*Léthe*), a Deusa do esquecimento,¹³⁵ que legou

¹³¹ (Gagnebin, 1997: 16).

¹³² (Vernant, 1992: 57).

¹³³ (Darbo-Peschanski, 1998: 211-212).

¹³⁴ (Liddell & Scott, 1997: 464; Pereira, 1990: 342; Jones *et alli*: 1989: 115)

¹³⁵ Segundo Hesíodo (*Teogonia*, 227).

seus atributos ao rio homônimo que corria no Hades, vindo do Tártaro.¹³⁶ Dessa maneira, *aléthés*, inscrita, aqui, no universo ideológico de um mundo grego pré-clássico, pela justaposição do *a* (*alpha*) privativo ao sentido mitológico, seria, isso sim: a negação do esquecimento, a celebração do que não foi e não deve ser apagado pelo tempo.¹³⁷ Tal noção de *verdade*, que sela a prática do logógrafo milésio, é, em um certo sentido, oriunda de uma Grécia “agrícola e pastoril anterior à constituição da *pólis* e à adoção do alfabeto”, onde “o máximo poder da tecnologia de comunicação” era representado pela figura do *aedo* (poeta-cantor).¹³⁸

Dessa maneira, mesmo assumindo o que apontou Momigliano, de que o esforço de Hecateu teria como objetivo programático transformar “os mitos em acontecimentos triviais, não com o intuito de torná-los verossímeis, (...) mas de minar seu substrato religioso”,¹³⁹ pode-se, também, estar de acordo com o testemunho de Snell, de que “é bastante natural que os gregos tenham visto na poesia épica (...) o alvorecer de sua historiografia”.¹⁴⁰ Como mostra Murari Pires, foi cantando, acompanhado da lira, “as ‘famas dos homens’” (*kléa andrón*) que Aquiles, na *Iliada* (IX. 182-192), foi encontrado

¹³⁶ (Grimal, 1994: 274-275). Uma referência mais recente, é a do *Purgatório* (XXX.142e s.; XXXI.94 e s.) de Dante, no qual o poeta se banha no Letes para esquecer seus pecados e, purificado, encontrar Beatriz no Paraíso.

¹³⁷ Sentido que nada tem de restritivo e que, para a consecução deste projeto, restringe-se apenas ao que se considera, no contexto dado, um dos mais prováveis e representativos sentidos impressos no fragmento em questão.

¹³⁸ (Torrano, 1991: 16).

¹³⁹ (Momigliano, 1951: 386).

¹⁴⁰ (Snell, 2001: 151).

pela embaixada dos aqueus que lhe solicitavam o retorno ao combate.¹⁴¹ “A fama imorredoura, o *kléos áphthiton*”, como o “bem supremo para o guerreiro”, é, segundo Snell, antiquíssima “herança indoeuropéia”, preservada pelo poeta, que teria a tarefa de “conservar desperta a lembrança da grande empresa ou do herói”.¹⁴² A idéia de que o *relato/exposição das investigações (historíes apódexis)* teria como escopo, entre outras, que *as realizações humanas (ta genómena ex anthrópon) não se desvançam com o tempo (méte tói khrónoi exítela génetai)* e não fiquem sem fama (*méte akleâ génetai*) abre a obra de Heródoto. Como lembra Gagnebin, tal retomada da “tarefa do poeta arcaico”, que buscava religar “o presente ao passado”, fundando a identidade grega (em um nível tanto grupal quanto individual), levada a termo pelo aedo “numa sociedade sem escrita como o era a Grécia arcaica”, é, por outra parte, transformada pelas mãos do *hístôr*.¹⁴³ A narrativa dos historiadores gregos do século V a.C, como bem colocou Funari, é marcada por uma nova perspectiva, inscrita na idéia de investigação das causas (*aitíai*) que teriam levado certos acontecimentos a serem dignos de celebração.¹⁴⁴

No épico, invocava-se as Musas, moradoras do Olimpo, que tudo sabiam e a tudo assistiam, a dizer, a proferir, pela boca do poeta, o que teria acontecido, pois: nós [homens], *nada mais sabendo (oudé ídmen)* só a fama ouvimos (*kléos akouómen*).¹⁴⁵ Como Vieira *et alli* bem notaram, inscreve-se, nessas palavras, que abrem o célebre catálogo das naus, a oposição, da qual está ciente o poeta, entre um “saber onisciente das Musas e o

¹⁴¹ (Murari Pires, 1999: 153).

¹⁴² (Snell, 2001: 154).

¹⁴³ (Gagnebin, 1997: 17 e 18).

¹⁴⁴ (Funari, 2001a: 02).

conhecimento casuístico do homem”.¹⁴⁵ A distância entre um saber completo e o restrito, próprio, este, dos homens, pode, segundo Snell, ser atribuído “à fantasia, à concentração interior”, à capacidade mnemônica e à experiência do próprio poeta e de seu grupo social.¹⁴⁷ Seja qual for a maneira como se equacione, hoje, essa função, o saber representado pelos poemas épicos, entretanto, já havia sido questionado por Xenófanes. Para ele, o conhecimento total, perfeito, inscrito na esfera do saber divino: ninguém conhece, ou jamais conhecerá (Frag. 34 Diels); contrapõe, o filósofo de Cólofon, em contrapartida, ao saber laborado pelos poetas, que teria apenas uma “aparência de conhecimento”, aquele que os mortais *procurando/investigando* (*zêtountes*) *descobriram o melhor* (*epheuriskousin ámeinon*) (Frag. 18 Diels).¹⁴⁸ Em Heródoto, assim como para Xenófanes, o saber é, de acordo com Snell, “resultado da procura” (não *zetéo*, mas, por outro lado, *historéo*), o fruto da “teoria” (do grego *theoréo*, oriundo de *theáomai*, *observar*, *inspecionar*) e da “experiência” (do grego *empeiría*):¹⁴⁹ ferramentas na investigação (*historié*) das causas (*aitíai*) da guerra.

Como o próprio Heródoto expõe (II.99), a respeito do Egito, “contei, até aqui, o resultado do que vi (*ópsis*), do meu próprio julgamento (*gnóme*) e de minha investigação (*historié*); de agora em diante, discorrerei sobre a história (*lógos*) do Egito, de acordo com o que ouvi (*ékouon*), somando a isso o que eu mesmo vi (*ópsios*). A maneira como Heródoto, nesta passagem, representa a forma de aquisição de seu conhecimento, respeita,

¹⁴⁵ (*Iliada*, II. 484-486). Segue-se, aqui, a tradução proposta por Haroldo de Campos (1999: 45).

¹⁴⁶ (Vieira *et alli*, 1999: 104).

¹⁴⁷ (Snell, 2001: 136).

¹⁴⁸ (Kirk *et alli*, 1994: 184-185).

de fato, uma linha hierárquica, onde à visão, à experiência direta do olhar, da observação *in loco*, é conferida uma preferência, uma maior confiabilidade, em comparação à informação obtida de um informante, de algo que se *ouviu falar*.¹⁵⁰ Percurso de inteligibilidade que tem sua origem genealógica (acima descrita) no estatuto de *hístōr*: aquele que viu, aquele que pode fazer ver (de preferência a partir de seu testemunho ocular). Hartog, enfatizou, apropriadamente, que o primado do olhar não explicaria, por si só, esta prática, como levada a termo por Heródoto. Seu saber seria fundado não apenas na visão e no testemunho mas no juízo, no julgamento (*gnóme*), na investigação (*historiē*).¹⁵¹ Tal é o que ocorre em I.24 do livro de Heródoto, onde Periandro, incrédulo a respeito dos sucessos sofridos por Ariano, ao estar diante dos marinheiros que, segundo a narrativa, forçaram o cantor a lançar-se ao mar, *interroga se podiam dizer algo a respeito de Ariano (historéesthai eí ti légoien perì Aríonōs)*. Periandro tem, nessa ocasião, apenas o relato do cantor, que

¹⁴⁹ (Snell, 2001: 143).

¹⁵⁰ Segundo De Sanctis (1951: 260), “sem dúvida, nos primeiros quatro livros de sua obra [Heródoto] pôde controlar sua descrição [e o que diziam suas testemunhas] com o apelo à fontes escritas”, eleição que, segundo Momigliano (1984: 96), por ser Heródoto um “historiador monolíngüe”, deixou de lado uma série de crônicas e inscrições orientais. De Sanctis (1951: 260), entretanto, lembra que, mesmo no que concerne às descrições dos cronistas gregos (a tradição antiga insistiu no fato de ter ele compilado Xanto da Lídia, Carôn de Lâmpsaco e Helânico de Mitilene), raros são os traços no texto herodoteano que evidenciam uma inspiração nestas fontes: apenas em duas ocasiões, por exemplo, Heródoto declara abertamente Hecateu de Mileto como uma recorrência documental (II.143 e VI.137). How & Wells (1989: 21), por sua parte, relacionam inúmeras citações de trechos das obras dos poetas gregos: de Homero a Esopo, passando por Arquíloco e Píndaro. Por outro lado, a recorrência a objetos materiais na comprovação de certos relatos é ressaltada por Heidrick Jr. (1995: 57-64): é o caso de IV.81, onde Heródoto afirma ter encontrado o vaso de bronze que a tradição oral dizia haver sido fabricado com pontas de flecha, em uma espécie de *senso demográfico* empreendido pelo soberano local.

¹⁵¹ (Hartog, 1992: 88-89)

considera inverossímil, e nada mais sabe nem viu. Os marinheiros respondem que tinham-no deixado, em boa saúde, em Tarento. Surge, então, em um artifício quase teatral, Ariano diante de seus executores, pelo que eles, de pronto, confessam o crime, confirmando, assim, o que Periandro havia considerado inverossímil: que, atirado ao mar, o cantor tivesse de fato sido salvo por um golfinho. O personagem de Heródoto, por gosto de seu criador, representa a prática do *hístōr* com suas fontes: a confrontação, como meio de se certificar se acaso elas representam a realidade; a produção da *verdade* como função não estrita do olhar, mas de outros sentidos, depurados pelo *hístōr* de acordo com seu *judgamento*.

Heródoto, lembra Momigliano, atreveu-se a escrever um gênero de História que a tradição posterior, fundada pelo julgamento de Tucídides, desaprovava, considerando-a como pouco digna de confiança.¹⁵² Por estender o “plano” de sua obra a um duplo compromisso, narrar, por um lado, a guerra entre gregos e medo-persas e, por outro, empreender uma descrição dos povos (suas terras e sua história) que tiveram, direta ou indiretamente, contato com os invasores; ou seja, buscando tanto descobrir as *razões* (*aitiai*) da guerra quanto dar registro aos *grandes e maravilhosos feitos/monumentos* (*érge megála te kai thomastá*), realizados, levados a termo, por gregos e bárbaros, Heródoto inscreveu sua narrativa na interseção de uma nascente especulação racional (que, na forma de relato histórico, seria nutrida sob os auspícios de Tucídides) com a já bem-fundada celebração épica do passado. Sua técnica de “audição de testemunhas”, a confiança depositada nos relatos de informantes, que davam conta de fatos acontecidos até três ou

¹⁵² (Momigliano, 1984: 143).

mais gerações passadas,¹⁵³ teriam conferido à sua obra, de acordo com Tucídides (I.22), o caráter de *algo para ser ouvido, em concurso público, no momento da declamação* (*agónisma es tó parakhréma akoúein*), não representando, portanto, uma *possessão para sempre* (*ktéma es aiei*).

Tucídides narra os vinte e um primeiros anos da guerra do Peloponeso, tendo silenciado, misteriosa e inexplicavelmente, a respeito da derrubada dos grandes muros, da derrota final e da rendição ateniense; a data de sua morte é incerta; a publicação de sua obra, póstuma; sua vida, inscreve-se no teatro dos fatos narrados. O cronista, por sua parte, compromete-se, nas palavras de abertura de sua obra, como expõe Almeida Prado, a “acompanhar de perto e expor com fidelidade” os acontecimentos; nessa perspectiva, qualquer alargamento temporal não seria, então, uma “digressão” mas uma contribuição para “o aprofundamento da reflexão e para a revelação das causas e da dinâmica da guerra”; toda testemunha oral interrogada, atores contemporâneos dos fatos narrados, estariam, pelo menos elas, inscritas nos domínios da *autopsía* (de *ópsis*).¹⁵⁴ Heródoto, por sua parte, trata de uma guerra da qual não participou, mas ouviu falar; de povos que não conviveu, mas visitou; que falavam línguas que ele não falava.¹⁵⁵ Para Tucídides, que via apenas como possível a História presente, para quem o *saber bem/claramente* (*saphôs*

¹⁵³ A narrativa que segue o proêmio é bastante representativa da prática de produção de relatos a partir de testemunhos orais. Nesta, Heródoto declara reproduzir o que lhe disseram *os mestres persas* (*Perseôn lógoi*).

¹⁵⁴ (Almeida Prado, 1999: XI, XIII, XVI e XVII). Como lembra Hartog (1999: 295), para Tucídides, a *ópsis* vale mais que a *akoé*. Mas o primado da *ópsis* não é a recusa da *akoé*, “pelo contrário, pois ou eu próprio vi, ou interrogo alguém que tenha visto e crítico seu testemunho”.

¹⁵⁵ (De Sanctis, 1951: 258 e 260).

eidénai) da prática historiográfica, mesmo não restringindo-se a esse sentido, tomava a visão como parâmetro de fiabilidade, não era possível depositar confiança nos relatos de Heródoto (que, como o poeta, mergulhava seu olhar sobre um passado do qual, pelo afastamento, não se poderia dizer nada de seguro).¹⁵⁶

Para Tucídides (I.22.4), o que há no relato de Heródoto que o torna inverossímil, que faz, segundo ele, que o verdadeiro ceda seu lugar ao prazer da enunciação, é a preponderância do caráter *fabuloso* (*mythôdes*) da narrativa, em detrimento da preocupação de *examinar* (*skopeîn*) o que há de *claro*/*evidente* (*saphês*) nos acontecimentos. Tal oposição, entre, por um lado, o *mythos*, o prazer, o ouvido (*akoé*), e, por outro, o escrito (*xynégrapse*)¹⁵⁷ e a utilidade de uma *possessão perpétua* (*ktéma es aiei*), vai, segundo Hartog, se reafirmar na tradição por meio da anexação do epíteto de “mentiroso” ao nome de Heródoto.¹⁵⁸ O caso de Plutarco (*Moralia*, 11, 857, 12-13), por exemplo, é bastante elucidativo do tipo de apreciação feita da narrativa de Heródoto, na esteira do juízo de Tucídides.¹⁵⁹ por ter o historiador de Halicarnasso “invertido” as origens das divindades e dos heróis gregos, associando-os ao Egito, seria ele um “mentiroso” e um “filobárbaro”.¹⁶⁰ Funari bem lembrou que tal juízo, que buscava consubstanciar uma idéia de “superioridade moral grega” (à qual as descrições de Heródoto eram uma ameaça), foi adotada pela historiografia moderna, a partir do século XIX, assumindo esta, por sua parte, pontos de

¹⁵⁶ (Hartog, 1999: 277).

¹⁵⁷ (Tucídides, I.1). Em contraposição ao *apódexis* de Heródoto I.1.

¹⁵⁸ (Hartog, 1999: 310).

¹⁵⁹ Momigliano (1984: 141) considera que este texto de Plutarco pode dar uma idéia “das acusações [inauguradas por Tucídides] que eram dirigidas contra o pai da História”.

¹⁶⁰ Citado em (Funari, 1995: 44-45).

vista semelhantes – principalmente no que tange à negação de ligações entre as culturas gregas e orientais e à pressuposição de uma natural superioridade da cultura helênica.¹⁶¹ Idealizado, no século XIX, como exemplo de historiador perfeito,¹⁶² aquele “para quem só a história contemporânea” seria “factível”, Tucídides tornar-se-ia, paradoxalmente, o modelo dos historiadores que se dirigiram aos arquivos para desenrolar, “unicamente no passado, longas cadeias de acontecimentos”.¹⁶³ A *autopsia* positivista, por outra parte, define-se, segundo Hartog, como uma outra, construída; onde o “campo de visibilidade” é aquele fabricado, simulado pelos governos dos grandes estados, que, em favor de seus interesses, mais do que *ver* querem *fazer ver*.¹⁶⁴

Muito se escreveu na tentativa “de explicar, de rejeitar ou de conjurar”, ressalta Hartog, a “parte das *Histórias* que se recorta como (...) o lugar da fábula e a toca do mentiroso”.¹⁶⁵ A maneira como se resolveu, em um espectro da tradição, a divisão entre esta e uma outra *História* de Heródoto, esta última digna de confiança e resguardada pela tradição, trilhará um caminho que, propõe-se, legitima Tucídides como um modelo a ser seguido¹⁶⁶ e define Heródoto como um percurso “entre a idade do *épos*¹⁶⁷ e a primeira

¹⁶¹ (Funari, 1995: 47).

¹⁶² (Momigliano, 1984: 22)

¹⁶³ (Hartog, 1999: 278).

¹⁶⁴ (Hartog, 1999: 448).

¹⁶⁵ (Hartog, 1999: 316).

¹⁶⁶ (Lesky, 1985: 485).

¹⁶⁷ Em Homero, *épos* (de *épo*, *falar*, *dizer*, *mencionar*, *chamar*, cujo forma aorista *eípon* é a mais usada) é *palavra*, *conto*, *estória*, *provérbio*. Snell usa esta expressão para designar a herança épica, tradição que resguardou uma série de figuras lendárias, com suas crenças religiosas, cosmogonias, preceitos morais e éticos.

historiografia”.¹⁶⁸ Os modelos explicativos acerca do esforço herodoteano, expostos no próximo capítulo, reproduzirão, como se verá, este “juízo de valor”; definindo, por outra parte, Heródoto como uma via de acesso para a legitimação do esforço de construção das modernas nações européias.

¹⁶⁸ (Snell, 2001: 159).

5. ATENAS E NÉMESIS: DA UNIDADE DAS HISTÓRIAS

O que se conhece, hoje, como os três últimos livros das *Histórias*¹⁶⁹ – VII, VIII e IX – é, em linhas gerais, a narrativa dos eventos acontecidos desde os preparativos persas para a grande invasão da Grécia, por terra e por mar, sob o então comando de Xerxes, quando este tomou a Ática “*destruindo tudo com fogo*” (VIII.50), até quando, comandados por Mardônio, foram eles derrotados e expulsos pelos gregos (*circa* 479 a.C.), liderados, de acordo com Heródoto, pelos atenienses: “dos helenos os atenienses se sobressaíram (*eristeusan Athenaíoi*)” (IX.105). Mal sucedido o desembarque persa em Maratona (VI.113-118), o posterior avanço coordenado do exército e da frota persas (VII.58) foi, segundo o cronista, uma segunda e mais bem arquitetada resposta ao insulto representado pela participação dos atenienses na tomada e destruição de Sardes, durante a Revolta da Jônia (499 a.C.); quando estes, em resposta ao pedido de Aristágoras, haviam enviado vinte embarcações, comandadas por Melântio, visando tanto contribuir na libertação dos milésios quanto obter algum lucro na empresa (VI.97). De acordo com Heródoto, Dario, o então soberano persa, ao ter ciência da participação ateniense no ocorrido, pronunciara as seguintes palavras: “Oh Zeus! Possa eu *punir* (*tísasthai*) os atenienses” (V.105).

¹⁶⁹ Para Myres (1971: 105), os últimos três livros da narrativa de Heródoto formam uma grande unidade de obra, com um prólogo (VII, 1-19), um epílogo (IX, 108-122) e, entre estas duas partes, as respectivas descrições das batalhas entre gregos e persas, a saber: Termópilas (VII, 198-233), Artemísio (VII, 179-195, VIII, 1-23), Salamina (VIII, 40-113), Platéia (IX, 12-88) e Mícale (IX, 96-106). Uma série de “episódios subordinados”, estariam intercalados entre estes episódios principais, conferindo-lhes unidade de obra e proporcionando continuidade à narrativa.

Heródoto coloca na boca do Grande Rei (além da curiosa invocação do deus grego)¹⁷⁰ o infinitivo aoristo do verbo *tínymai* (que tem a forma ática *tívo*) – *punir, castigar* – que, por sua vez, compartilha da mesma raiz de *tísis*: *vingança, retribuição*.¹⁷¹ Tal substantivo, como bem expõem How & Wells,¹⁷² participa, conjuntamente com a idéia de *dike*¹⁷³ (*justiça*), do mesmo jogo de implicações, entre a esfera do humano e do divino, próprio da doutrina da *Némesis*: a *vingança divina*.¹⁷⁴ Esta, lembram Jones *et alli*, era a forma como se ordenava, em Heródoto, as realizações dos homens (*tà genómena ex anthrópon*), obedecendo a um “padrão” que estaria para “além do individual e do particular: a permanente ascensão e queda dos poderosos”.¹⁷⁵ Tomada, em Hesíodo, como

¹⁷⁰ Segundo Hartog (1999: 85), Dario, nos discursos em que Heródoto descreve o mundo não-grego, se comporta como um grego; representando, em alguns momentos da narrativa, o elemento de comparação a partir do qual o bárbaro poderia ser compreendido e avaliado. Jogo de espelhos que, como em V.105, não é completamente abandonado mesmo quando o persa pousa seus pés nas costas da Ásia Menor (De que outra maneira seria inteligível uma invocação divina, dado que, no discurso herodoteano, segundo Hartog (1999: 137), os deuses seriam “os mesmos em todos os lugares”?). Como lembra Hartog (1999: 82), apenas no embate direto com o grego o persa é evidenciado como bárbaro, avaliado, então, por meio do que ele teria de diferente do hoplita: *desarmado* (*ánoplos*) e *sem habilidade* (*anepistémon*).

¹⁷¹ (Powell, 1977: 356 e 357; Freire, 1987: 15; Liddell & Scott, 1997: 808-809).

¹⁷² (How & Wells, 1989: 49 e 50).

¹⁷³ Guthrie (1992: 11-13) lembra que este termo tinha, inicialmente, em seu significado mais antigo, registrado pela literatura grega (pelo que se poderia depreender de Homero e dos tratados hipocráticos), o sentido de: “*caminho a ser seguido*”, “*curso natural das coisas*”. Deste conteúdo, onde o juízo moral era um registro não mais que secundário, *dike* teria passado a significar, nos filósofos dos séculos V e IV a.C., o que se compreende, hoje, como “*aquilo que se espera de alguém*, ou seja, que aja com decência, que pague suas dívidas, etc.”. Darbo-Peschanski (1998: 49), por sua parte, tratando especificamente do vocabulário herodoteano, assinala que *dike* significaria, no contexto específico das *Histórias*, “*sentença*”, “*punição-reparação*”: a pena imposta a quem se desvia do caminho.

¹⁷⁴ (Powell, 1977: 230).

¹⁷⁵ (Jones *et alli*, 1997: 306-307).

“a ruína (*pêma*)¹⁷⁶ dos perecíveis mortais”,¹⁷⁷ *Némesis* seria, por vezes, no vocabulário épico, de acordo com Grimal: “a divindade (...) encarregada de abater toda a ‘desmesura’ (*hýbris*)¹⁷⁸, por exemplo: o excesso de felicidade de um mortal, ou o orgulho dos reis”.¹⁷⁹ Sólon, em resposta a Crespo da Lídia, que se arrogava como o mais feliz dos homens, equacionou tal “pessimismo religioso”¹⁸⁰ da seguinte maneira: “os deuses todos são perturbadores e invejosos (*phthonerón*)”¹⁸¹, estando “o homem na dependência da(o) sorte/acaso (*symphoré*)”¹⁸² e sendo, portanto, impossível chamar de feliz um homem antes

¹⁷⁶ Do verbo *páskho*, cujo infinitivo aoristo, *patheîn*, vai dar origem ao substantivo *páthos*: *aquilo que alguém sofreu, o infortúnio que se experimentou* e, nos trágicos, *a calamidade, o sofrimento* (Liddell & Scott, 1997: 612 e 638).

¹⁷⁷ (*Teogonia*, 223). Tradução proposta por J. A. A. Torrano.

¹⁷⁸ A *hýbris*, para Jaeger (1992: 238), é, no que concerne ao pensamento trágico de Ésquilo: “o desejo insaciável de se querer mais do que se pode ter”, que termina por lançar na “mais profunda dor” aquele que busca insensatamente a “fortuna”. Powell (1977: 363) propõe *insolência* como a melhor tradução para *hýbris*, no contexto das *Histórias*. Liddell & Scott (1997: 826), aproximando de Ésquilo o vocabulário de Heródoto, propõe, ainda: *atrevimento, violência petulante*.

¹⁷⁹ (Grimal, 1994: 326).

¹⁸⁰ “Realismo empedernido”, para Jones *et alli* (1997: 104).

¹⁸¹ De *phthónos*, *rancor*, *inveja*. Como lembram How & Wells (1989: 69), a inveja divina é um tema recorrente já em Homero, como se depreende da passagem V.118 da *Odisséia*, onde Calipso, em resposta ao pedido de Mercúrio que deixasse, em nome de Zeus, Ulisses partir, responde: “Cruéis sois todos, invejosos / De que em seu leito, às claras, uma deusa / Mortal admita e ame e aceite esposo” (tradução de Manuel Odorico Mendes).

¹⁸² How & Wells (1989: 70) traduzem *symphoré* (de *syn-phéro*), por *sortelacaso*, no que está de acordo Powell (1977: 343), adicionando este especialista o sentido de *acontecimento/incidente*. Literalmente, *symphoré* tem seu sentido circunscrito, em português, por: *concorrência de acontecimentos imprevisíveis, conjunto de circunstâncias* (Pereira, 1990: 544).

de sua morte, mas apenas de *afortunado* (*eutykhéa*);¹⁸³ “pois a muitos o deus, tendo dado um vislumbre de felicidade, depois *arruinou* (*avétrepse*)¹⁸⁴ completamente” (I.32).

A doutrina da *Némesis*, a idéia de que “o deus se compraz em fazer baixar tudo o que se eleva” (VII.10), seria, de acordo com Snell, embalde os tentames de racionalização do mito encontrados no texto herodoteano,¹⁸⁵ não uma mera crença circunscrita ao universo de ação das personagens das *Histórias*, mas uma manifestação de uma “fé num operar divino na História”, que poderia, talvez, explicar os caprichos do destino humano.¹⁸⁶ Mesmo sem intentar justificar as ações individuais dos homens pela recorrência aos caprichos das divindades, em uma intervenção direta, como é comum em Homero,¹⁸⁷ ressaltam How & Wells, Heródoto compartilharia: “do pessimismo popular daqueles que eram, então, oprimidos pela aparente injustiça do mundo e pelos mistérios da vida”. Desta maneira, apontam seus comentadores ingleses, “resignado a aceitar os fatos que estariam

¹⁸³ De *tykhe*, os bens que o homem obtém (*tynkhánei*) por favorecimento dos deuses, boa sorte (Liddel & Scott, 1997: 825).

¹⁸⁴ De *ana-trépo*, arruinar, mas com sentido mais próximo de *subverter* (*trépo*: desviar, voltar) (Liddell & Scott, 1997: 63; Freire, 1990: 579).

¹⁸⁵ É célebre, neste sentido, a contraposição entre, por um lado, a versão popular para a existência, na Tessália, do estreito vale por onde corre o Peneu, dando vazão ao mar às suas águas, e, por outro, a possível explicação racional do acontecido, por parte de Heródoto. Como relata o cronista (VII.129), os tessálios atribuíam essa obra a Netuno, o que, considerando-se a capacidade do deus de abalar a terra e provocar prodígios, pondera o cronista, não seria inadmissível. Mas, por outra parte, conclui ele, de maneira enfática: “creio que (...) tal foi provocado por um terremoto”.

¹⁸⁶ (Snell, 2001: 162). Ressalte-se, aqui, a ponderada observação de Myres (1971: 51), de que a ação direta dos deuses, na narrativa de Heródoto, está sempre inserida no que se poderia chamar de “informação recebida” (*ópsis*, *akoé*), e nunca apresentada como uma “causa” (*aitia*).

¹⁸⁷ Tal era a participação dos deuses nos fatos desenrolados na *Iliada* que, em VIII.10-12, Zeus, buscando cumprir a promessa que fizera a Tétis (favorecer os troianos para, assim, vingar o desagravo que Agamemnon fizera a Aquiles), proíbe os deuses de intervirem na contenda entre aqueus e troianos.

para além da compreensão dos mortais”, Heródoto teria encontrado na doutrina da *Némesis* a equação com a qual poderia explicar os problemas políticos e os eventos históricos esboçados em sua narrativa.¹⁸⁸

Apenas em I.34 aparece, de fato, a palavra *Némesis*, usada para designar a “vingança divina que recaiu sobre Creso, como punição por julgar-se ele o mais feliz dos homens”: a morte de seu filho, como anunciado em sonho, “morto por uma ponta de ferro”.¹⁸⁹ No que tange à aplicação desta compreensão como, então, um processo histórico que pudesse explicar a sucessão de eventos em que estariam envolvidos os grandes estados, tal se resolveu em Heródoto, de acordo com Immerwhar, por meio da recorrência à implicação existente entre as idéias de *hýbris* (insulto, violência, desmesura) e *dike* (justiça); compreendendo, assim, o cronista, que: na perpetração de cada desmedida ação agressiva resultaria um justo destino.¹⁹⁰ A passagem em que esta idéia se resolve de maneira mais reveladora é naquele que Heródoto considera “o mais evidente dos oráculos” (VIII.77):

“Quando eles cobrirem com seus navios a margem sagrada de *Ártemis* e a de Cinosura, e, cheios de louca esperança, tiverem devastado a ilustre cidade de Atenas, a *Justiça* (*dike*)

¹⁸⁸ (How & Wells, 1989: 49).

¹⁸⁹ O que se concretiza em I.43.

¹⁹⁰ (Immerwhar, 1986: 310).

reprimirá o Desdém, filho da *Insolência* (*hybris*), que, no seu furor, pretende fazer ressoar o seu nome por todo o universo. O bronze fundir-se-á com o bronze”.¹⁹¹

Este oráculo¹⁹² desempenha, portanto, na narrativa de Heródoto, a costura entre a doutrina da *Némesis*, declaradamente expressa na visita de Sólon a Creso, exposta no primeiro livro das *Histórias* (I.32), e sua noção particular de processo histórico, um desdobramento daquela doutrina: o “ciclo ou equilíbrio na natureza dos assuntos humanos que a esfera do divino busca manter”, cobrando *reparação/justiça* (*díke*) da fortuna alcançada por intermédio da *insolência/violência* (*hybris*).¹⁹³ Dessa maneira, a expansão do persa, que açoita o mar bravio,¹⁹⁴ que buscava reparação pela participação dos atenienses na tomada de Sardes, que incendiara a Ática e violara a Acrópole de Atenas, representa a *violação/insolência* (*hybris*) que os deuses farão ter *reparação/justiça* (*díke*) por meio da vitória grega no conflito.

Por outra parte, o outro do par privilegiado (composto, por um lado, do persa) na consecução deste *desenrolar do processo histórico*, ocorrido na narrativa de Heródoto, é,

¹⁹¹ Tradução de J. Brito Broca (Heródoto. *História* (...), s.d.). Os termos em *itálicos* são intervenções do autor desta dissertação, em favor de uma mais clara compreensão dos conceitos em questão; a tradução do nome da deusa Ártemis (latinizado por Broca) e o termo associado à *díke* foram alterados.

¹⁹² Da seguinte maneira se cumpre o vaticínio na narrativa de Heródoto: os persas atravessaram o Helesponto por uma ponte construída sobre navios (VII.37); terçaram armas com os gregos, vencendo-os no desfiladeiro das Termópilas (VII.223); tomaram e incendiaram a Ática (VIII.50); sua Armada invadiu a baía de Salamina (VIII.70); foram vencidos e rechaçados pelos gregos, liderados por Temístocles (VIII.107).

¹⁹³ Myres (1971: 53) propõe que haja, na compreensão do processo histórico em Heródoto, desenhado nos três últimos livros de sua narrativa, uma derivação da *Némesis* (esta teria, por sua parte, um papel destacado nas descrições dos povos bárbaros).

como inscrito no corpo cifrado do texto oracular: a *Atenas devastada*. Difamada pelos partidários da tirania,¹⁹⁵ que se aliaram a Dario com a intenção de restituir o governo oligárquico, trazida constantemente à memória do Grande Rei por um de seus oficiais, o soberano persa “não se esquecia de sua *vingança (tísis)*” (V.105; VI.94). Mesmo que Heródoto proponha que esta *vingança* seria apenas um *pretexto (próphasis)*¹⁹⁶ no grande desejo do Grande Rei de subjugar todos os povos helênicos (VI.94), é impossível diminuir o valor simbólico atribuído a Atenas, como um dos principais argumentos na estratégia expositiva das *Histórias*. Sólon, o célebre legislador, que se recusou a participar da instalação do governo tirânico arquitetado por Pisístrato,¹⁹⁷ é um ateniense dando lições a respeito da doutrina da *Némesis* a Creso da Lídia, no início da narrativa (I.32); são atenienses as vinte naus que (trazendo os guerreiros que contribuirão para a tomada de Sardes, na revolta da Jônia) dirigiram o olhar persa para a península grega, em busca de *vingança* (VI.97); foram os atenienses se sobressaíram na expulsão dos persas, fazendo *justiça à insolência* bárbara (IX.105); foram eles os verdadeiros salvadores da Grécia (VII.139).¹⁹⁸

¹⁹⁴ Xerxes mandara açoiar as águas que atravessavam o Helesponto para que não mais destruíssem a ponte sobre navios (VII.35).

¹⁹⁵ Hípias, depois do insucesso espartano em restaurá-lo no poder de Atenas, dirigiu-se aos persas em busca de auxílio (Bowder, 1988: 185; Jones *et alli*, 1997: 9 e 12).

¹⁹⁶ Liddel & Scott (1997: 703) acentuam o valor depreciativo desta expressão em Heródoto, contraposta à idéia de *causa verdadeira (aitia)*.

¹⁹⁷ (Diôgenes Laértios, 49).

¹⁹⁸ Esta passagem será analisada mais adiante, buscando compreender de que maneira foi utilizada por alguns de seus comentadores e tradutores.

Perpassada, em todo o seu desenrolar, por dois grandes temas, ligados entre si, Atenas e a *Némesis*, a narrativa de Heródoto se apresenta, de acordo com Immerwhar, como “uma unidade orgânica que apresenta sua própria inteligibilidade”,¹⁹⁹ sendo, portanto, como afirma Hartog, se não impecável pelo menos questionável a tese que propõe “a separação da obra [de Heródoto] em duas partes”.²⁰⁰ Desta maneira, a partir desta posição crítica, analisar-se-ão as exposições dos diferentes especialistas de inícios do século, que propunham dois momentos na obra de Heródoto (onde o que é, possivelmente, uma mera apologia de Atenas torna-se a inquestionável aquisição da cidadania ateniense); buscar-se-á, depois, mostrar como tal modelo veio de encontro à formação dos sentimentos nacionais europeus.

¹⁹⁹ (Immerwhar, 1986: 10).

6. O MODELO JACOBY: ACERCA DA FILIAÇÃO DAS *HISTÓRIAS*

Propôs-se, acima, que Heródoto teria sido avaliado, por parte significativa de sua tradição de interpretação, “como um percurso ‘entre a idade do *épos* e a primeira historiografia’”.²⁰¹ O estudioso que, adaptando-a, “concretizou” esta ligação, tomando possível que Heródoto fosse utilizado culturalmente como, de fato, um elo de ligação entre dois extremos, foi, propõe-se agora, o helenista alemão Felix Jacoby, que, em 1913, publicou seu longo artigo sobre Heródoto na *Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*,²⁰² “austero instrumento de referência”²⁰³ editado por Pauly/Wissowa/Kroll. Como expôs Darbo-Peschansky, o trabalho do estudioso alemão se insere no esforço, empreendido “entre o final do século XIX e o início do XX”, de organização cronológica das *Histórias*, a partir dos “raros pontos de referência que oferece a biografia do autor” e das presumidas “mudanças que transpareceriam no seu método de pesquisa”.²⁰⁴

²⁰⁰ (Hartog, 1999: 372).

²⁰¹ A discussão completa, que conclui com a citação de Snell (2001: 159), está no item 4.2.

²⁰² *RE*, supl. 2. Stuttgart, 205-520, 1913. Jacoby também editou o volume *Die Fragmente der Griechischen Historiker*, obra de referência (em moldes análogos à célebre edição que H. Diels e W. Kranz fizeram dos fragmentos dos filósofos pré-socráticos) onde estão relacionados os excertos, no original, seguidos dos comentários do helenista alemão, de sessenta e dois autores que representariam, de acordo com seu editor, a dispersa tradição historiográfica grega.

²⁰³ (Hartog, 1999: 36).

²⁰⁴ (Darbo-Peschansky, 1998: 15).

Os estudos de Jacoby, como reconhece Immerwhar, representam uma “linha divisória” no que tange aos estudos herodoteanos,²⁰⁵ estabelecendo, de inícios até meados do século XX, de acordo com Lateiner, o primado da tradição analítica (representada, inicialmente, por Kirshoff, Scholl e Bauer)²⁰⁶ que propugnava serem as *Histórias* compostas de diferentes e independentes *discursos* (*lógoi*), costurados posteriormente em um todo.²⁰⁷ Como observa Hartog, inserido nesta tradição Jacoby renova-a, assumindo como questões centrais de seus estudos investigativos: i) em que momento os gregos tornaram-se historiadores? ii) que papel Heródoto desempenhou nesta evolução?²⁰⁸ Sai de cena, em um certo sentido, a partir de seu trabalho, a questão da veracidade dos discursos herodoteanos, mantendo-se, por outra parte, como se verá, a idéia da “partilha”, revigorada pela perspectiva de um outro corte epistemológico.

Jacoby compreendia, pelo que apresenta Lesky, a promessa da “*exposição das investigações*” (*historiēs apódexis*), lançada na abertura da narrativa herodoteana, como a denúncia de uma ligação umbilical de seu autor com a tradição etnográfica jônica, bem representada esta pelo: “desejo de ver o mundo, que acompanhara os passos dos colonos jônicos em suas longas viagens e que encontrara sua expressão mais pura no explorador que partia em direção a terras estranhas com o mero propósito de conhecer”.²⁰⁹ Dessa maneira,

²⁰⁵ (Immerwhar, 1986: 3).

²⁰⁶ Vide o item 4.1 para maiores detalhes.

²⁰⁷ (Lateiner, 1989: 4).

²⁰⁸ (Hartog, 1999: 371).

²⁰⁹ Para Bowra (1983: 97-98), em uma interpretação positiva, o espírito inquiridor próprio dos desenvolvimentos da “ciência” jônica, que primeiro voltara-se ao mundo físico, “voltara-se, por obra dos autores de relatos etnográficos, “às questões relativas aos homens”. Por outra parte, tornou-se um lugar comum nas apreciações da vida de Heródoto, tendo-se em conta a base econômica dos centros

as *Histórias*, não em sua totalidade mas em uma parte significativa, representariam a continuação de uma orientação que já se apresentara, antes de Heródoto, em Hecateu,²¹⁰ personagem que deve ser apresentado para, só então, se fazer conhecer a teoria de Jacoby acerca da composição da obra de Heródoto.

6.1 Hecateu: um ídolo tem pés de barro

Hecateu de Mileto (*circa* 550-490 a.C.) é um dos mais conhecidos representantes de uma série de cronistas que, desde o século VI a.C., com o desenvolvimento das colônias e do comércio marítimo (e com o advento da invasão bárbara), buscaram, de acordo com Pereira, suprir um crescente interesse por notícias de povos e terras até então desconhecidos.²¹¹ O comércio marítimo era, então, uma das principais atividades econômicas das cidades gregas situadas nas costas da Ásia Menor e Mileto, mais especificamente, serviu-se muito bem do fato de situar-se na confluência das rotas que a ligavam, por mar, ao Egito e ao Mar Negro e, por terra, por meio da “Estrada Real”, à Mesopotâmia e à Pérsia. Aproximadamente oitenta colônias, então, situadas em sua maioria

colonizadores da Ásia Menor, a idéia de que ele “viajou como um mercador, ou com mercadores” (Myres, 1971: 5).

²¹⁰ (Lesky, 1985: 345).

²¹¹ (Pereira, 1993: 376). Caron de Lâmpsaco, Xanto de Sardes e Helânico de Mitilene são, de acordo com How & Wells (1989: 22-25), alguns dos escritores daquele período, representantes desta tradição. Possivelmente Heródoto, de acordo com os especialistas ingleses, conheceu seus trabalhos (resguardados apenas em fragmentos); uma série de autores antigos defendiam a tese de que ele teria compilado partes de suas obras.

na região do Mar Negro, garantiam-lhe incontestável supremacia comercial, por conta da qual ela teria exercido, “antes de Atenas e sem o imperialismo político desta, o primeiro Império marítimo grego”.²¹² Em um certo sentido, as viagens comerciais e o continuado contato com os povos estrangeiros teriam propiciado o desenvolvimento de um tipo singular de gênero literário: relatos de navegação, descrições de regiões propícias para a colonização, descrições de costumes estrangeiros, genealogias,²¹³ enumerações de fatos históricos. Com um caráter meramente descritivo e enumerativo, poderíamos, segundo Bury, considerá-lo uma espécie de catálogo, de um tipo semelhante àquele encontrado no livro II da *Iliada*.²¹⁴ Neste sentido, adiciona Lesky, uma das formas que mais influenciaram na consecução daquelas narrativas foi o périplo: “descrição das regiões costeiras observadas de uma embarcação, obedecendo-se a ordem dos lugares contemplados em uma navegação de cabotagem”.²¹⁵

Atribui-se a Hecateu uma descrição geográfica das regiões com as quais Mileto mantinha relações comerciais (*Gés Períodos*)²¹⁶ e uma narrativa crítica a respeito dos mitos e costumes dos povos estrangeiros e gregos (*Genealogíai*). Heródoto pinta-o como alguém que teria um papel de destaque entre os conselheiros de Aristágoras (V.36 e V.125); talvez mesmo a plaqueta de bronze que este soberano trazia consigo em sua embaixada a Esparta,

²¹² (Petit, 1989: 85).

²¹³ Como lembra Snell (2001: 154): “O uso de enumerar gerações até o primeiro antepassado divino criou [herança homérica, vide *Iliada* VI.757 e IX.413] o importante palco cronológico da historiografia subsequente”.

²¹⁴ (Bury, 1958: 72).

²¹⁵ (Lesky, 1985: 246).

²¹⁶ (Lesky, 1985: 247). Um mapa, desenhado pelo próprio Hecateu, fazia parte desta obra.

durante a Revolta da Jônia (V.49), fosse uma reprodução de seu mapa da terra (*gés períodos*).²¹⁷ o que o coloca como uma figura de destaque no então cenário político e intelectual de Mileto. Fruto, possivelmente, dessa posição privilegiada, suas narrativas, vertidas em prosa jônica,²¹⁸ hábito iniciado entre os filósofos por Anaximandro,²¹⁹ continham uma miscelânea de informações: acontecimentos históricos, biografias de grandes personagens, descrições geográficas, etc.²²⁰ Um dos elementos centrais da postura intelectual de Hecateu, como é possível depreender dos poucos fragmentos de sua autoria que chegaram aos dias de hoje,²²¹ era, de acordo com Momigliano, o espírito crítico, bem expresso em seu desprezo pela tradição (“os contos dos gregos são muitos e ridículos”) e na rejeição dos pressupostos religiosos gregos (traço comum à postura da nascente especulação racional).²²² Tal irreligiosidade não conduziu-o, de fato, como pondera o helenista italiano, a uma aprofundada investigação especulativa, servindo apenas de critério na tentativa de livrar a tradição de seus elementos sobrenaturais e míticos.²²³ É bastante improvável que Hecateu tenha seguido alguma cronologia em sua exposição, ou mesmo desenvolvido qualquer noção de causalidade histórica (que se faz sentir, por outra parte, em Heródoto), entretanto, assinala Evans, o pensamento helênico deve a ele a concepção de

²¹⁷ (How & Wells, 1998: 20).

²¹⁸ (Bowra, 1983: 98).

²¹⁹ (Pereira, 1993: 262).

²²⁰ (Burckhardt, 1947: 572-4).

²²¹ Vide 4.2 para uma análise do Frag. Gr. Hist. 1a Jacoby.

²²² O Frag. 14 Diels-Kranz de Xenófanes de Cólofon é bastante representativo desta postura: “Homero e Hesíodo atribuíram aos deuses tudo quanto entre os homens é vergonhoso e censurável, roubos, adultérios e mentiras recíprocas”. *Apud* (Kirk *et alli*, 1994: 173).

²²³ (Momigliano, 1951: 386).

que a investigação histórica só seria possível a partir do julgamento racional e da investigação empírica.²²⁴

A influência que Hecateu exerceu na tradição posterior pode, de acordo com Momigliano, ser percebida no discurso (*lôgos*) egípcio das *Histórias*, onde Heródoto manifestaria (ou reproduziria) a mesma simpatia que seu antecessor em registrar as tradições e as doutrinas que se contrapunham às dos gregos. Segundo o classicista italiano, no que diz respeito à insólita postura racional que rege a narrativa acerca do Egito, mais do que em outras partes de sua obra, Heródoto revelaria “uma sensível dependência de Hecateu”,²²⁵ o que, como lembram How & Wells, é apenas mais um argumento em favor da polêmica idéia de que Heródoto teria “plagiado” os cronistas posteriores.²²⁶ De Sanctis, por sua parte, vê nessa possível influência, pondo-se crédito nos fragmentos que a tradição legou acerca de Hecateu, a preocupação etnográfica, que teria guiado os primeiros livros de Heródoto (I-IV): daí a preocupação, naqueles livros, com os costumes, genealogias, religiões, etc.²²⁷ Immerwhar acentua, finalmente, que a “pintura geográfica do mundo em Heródoto”, mesmo que ele acreditasse ser o mundo muito mais irregular do que proposto por seus predecessores, “funda-se naquela [mesma esquematização geométrica] desenvolvida por Anaximandro e Hecateu”.²²⁸

²²⁴ (Evans, 1991: 104-5).

²²⁵ (Momigliano, 1951: 386). Segundo Lesky (1985: 247): “Em Heródoto II.70-73 parece haver um bom exemplo do estilo simplesmente enumerativo de Hecateu na descrição das peculiaridades egípcias, tais como a caça do crocodilo”.

²²⁶ (How & Wells, 1989: 24).

²²⁷ (De Sanctis, 1951: 259).

²²⁸ (Immerwhar, 1986: 315).

Concluindo esse pequeno esboço da figura de Hecateu, no que ela teria de interessante para a compreensão da tradição acerca de Heródoto, traz-se à cena a palavra com a qual o autor peripatético, do século I d.C., que resguardou seu mais célebre fragmento, apresenta o cronista milésio:²²⁹ “Hecateu de Mileto *mytheítai* (*relata/dispõe*)...”²³⁰ *Mythos*,²³¹ é bom lembrar, é palavra usada, em Heródoto, de acordo com Hartog, com o sentido de algo que está “situado além do visível”, freqüentemente acompanhada da seguinte apreciação: “da minha parte, não creio nisso”; jogo de palavras que Heródoto lança mão, por exemplo, na sua apreciação das declarações de Hecateu acerca do Oceano (II.23).²³² Curiosa ironia da escrita da História, Heródoto, que apenas de Dionísio de Halicarnasso (seu conterrâneo) nunca recebeu alguma reprovação,²³³ inaugura a prática de colocar à distância a tradição precedente, marcando-a como obra de um “mentiroso”, inscrevendo o nome de seu autor no mesmo espaço em que confinou Esopo (II.134), designando-lhe o epíteto de *logopoiós* (II.143, V.36 e 125):²³⁴ aquele para quem a escrita seria o espaço de atuação do *mythos* (*do que não se pode acreditar*).²³⁵

²²⁹ O fragmento já foi analisado em 4.2.

²³⁰ *Apud* (Powell, 1939: 23).

²³¹ *Mythos*, algo transmitido oralmente, discurso (em oposição a *érgon*, ação, feito), em Homero; *história fabulosa* em Platão (na sua apreciação de Esopo) (Liddeil & Scott, 1997: 311 e 521). Powell (1977: 228), por sua parte, assinala que *mythos* é sempre usado em Heródoto com o sentido de *algo em que não se pode acreditar*.

²³² (Hartog, 1999: 302 e 303).

²³³ (Momigliano, 1984: 134).

²³⁴ *Logo-poiós* (de *poiéo*, fazer, criar, mas, também, inventar), em Heródoto, segundo Powell (1977: 209) um construtor de discursos (*lógos*), um contador de fábulas. Por contraposição ao cantor épico, que escreve em versos, *poietés*, *logopoiós* poderia ser traduzido, também, por *escritor em prosa* (*lógos*). Tucídides, por sua parte, irá se referir à tradição dos antigos cronistas gregos (de Cadmo de Mileto a Heródoto) por intermédio

6.2 O Heródoto “acorrentado”

De acordo com Immerwhar, Jacoby teria se servido de uma série de discussões acerca da veracidade dos relatos contidos nas *Histórias*, levadas a termo por aqueles que privilegiavam tanto a descrição das Guerras Pérsicas, livros V-IX (Hauvette e Grundy) quanto os relatos dos povos bárbaros, I-IV (Spiegelberg e Sourdille), na sua avaliação da “suprema mestria” com que o prófugo de Halicarnasso teria organizado seu trabalho.²³⁶ How & Wells, também registram essa preocupação de Jacoby com a análise do “estilo” literário de Heródoto, assinalando que ele o tomava como: “um dos grande vencedores na disputa que estabeleceu, definitivamente, a supremacia da prosa na literatura grega do futuro”.²³⁷ Tomada, pelos helenistas do período, como o meio privilegiado de expressão do pensamento racional, que não se contentava com “a mera instrução ou informação”,²³⁸ o uso da prosa torna-se, também na observação de Jacoby, um critério positivo na apreciação das *Histórias* enquanto ciência: Heródoto, assim como Hecateu, por escrever em prosa,

do termo *logo-gráphos* (de *grápho*, *arranhar*, *gravar* e, mais tarde, *escrever*), com o sentido, aparentemente, muito próximo de *logopoiós* (Liddel & Scott, 1997: 476). Note-se, entretanto, que Platão, no *Fedro* (257c), afirma ser Lísias, jovem pedante que quer mostrar sua capacidade de exprimir a mesma coisa de diversos modos, usando sempre os melhores termos retóricos, um *logográphos*, o que, se não define, ajuda a dimensionar o sentido impresso por Tucídides.

²³⁵ (Hartog, 1999: 303 e 455).

²³⁶ (Immerwhar, 1986: 3). A divisão entre estes dois grupos de especialistas, os dos primeiros e os dos últimos *lógoi*, se faz sentir, ainda, no comentário de How & Wells (1989: v), cuja primeira edição é de 1912 (a versão definitiva, com apêndices extras e correções, é de 1928): “Os comentários aos livros I-IV, com seus correspondentes apêndices, foram escritos pelo Sr. Wells; aqueles correspondentes aos livros V-IX, também com seus respectivos apêndices, pelo Sr. How”.

²³⁷ (How & Wells, 1989: 448).

teria, da mesma maneira que Tucídides, buscado, assim, “apresentar argumentos (...) lógicos e racionais, conceitos encapsulados no (...) termo *lógos*”.²³⁹ Hecateu, neste sentido, representaria, no esquema de Jacoby, uma substantiva dívida intelectual que Heródoto teria para com a tradição *logográfica* (de *lógos*, *discurso*); bem expressa pelo presumido afastamento da tradição épica e pela tomada de rumo em direção à aquisição do pensamento racional (cristalizado na figura de Tucídides).

No modelo proposto por Jacoby, de acordo com Darbo-Peschansky, “o investigador teria progressivamente evoluído da geografia” e da etnografia, que caracterizariam o início da obra (livros I a IV), “para a História, que triunfa ao final (livros V a IX)”; sendo, então, as obras de Hecateu, a *Periégesis* e a *Genealogía*, os paradigmas seguidos pelo *primeiro Heródoto* (etnólogo e geógrafo), tendo aquela parte das *Histórias* alguma originalidade de estrutura apenas quando, posteriormente, aditada e corrigida pelo *segundo Heródoto* (historiador), então senhor de “recentes aquisições metodológicas”.²⁴⁰ Para o célebre estudioso de Heródoto, expõe Lesky, a crescente solidez de conteúdo e a supressão do fantástico na trama histórica, observável nos últimos livros (V-IX), mesmo não sendo uma prova em si da existência prévia e independente dos *lógoi*, representaria uma etapa posterior na criação de Heródoto, permitindo, desta forma, considerar-se que “tal seria uma faceta de sua evolução” na direção da ciência histórica.²⁴¹ Seguindo este esquema, apresenta Myres, depois de ter levado a termo um extenso exame de todas as

²³⁸ (Bowra, 1983: 97).

²³⁹ (Funari, 2001b: 3).

²⁴⁰ (Darbo-Peschansky, 1998: 121).

²⁴¹ (Lesky, 1985: 351).

fontes disponíveis e da literatura crítica a respeito Heródoto, Jacoby teria proposto que a mudança de atitude de Heródoto teria tido ocasião quando de sua visitado a Atenas, cujo cenário intelectual e político teria fornecido, principalmente depois de deflagrada a Guerra do Peloponeso, o estímulo final para “abordagem historiográfica” herodoteana (própria, segundo Jacoby, dos livros V-IX).²⁴²

How & Wells²⁴³ resumem a teoria de Jacoby nos seguintes termos:

- i) Heródoto teria inicialmente pretendido escrever um *Gênes Períodos*, seguindo o modelo de Hecateu;
- ii) A forma dos *lógoi* herodoteanos seria uma influência daquele modelo, que também seguia, em linhas gerais, a seguinte ordem de exposição, para cada povo analisado: 1) sua terra, 2) sua história, 3) coisas dignas de nota (maravilhas) e 4) costumes;
- iii) Estes *lógoi* teriam sido apresentados por Heródoto, como *epideíxeis* (apresentações públicas), em várias partes da Grécia;
- iv) Heródoto, então, teria vindo para Atenas e, sob a influência do círculo de Péricles, provavelmente de Péricles em pessoa, tornado-se um *ateniense por adoção* (*Wähl-Athener*), o que o guiaria a transformar seus

²⁴² (Myres, 1971: 26 e 27).

²⁴³ (How & Wells, 1989: 447).

lógoi em uma narrativa que buscasse glorificar o império ateniense e, especialmente, os Alcmeônidas;²⁴⁴

Heródoto, como expõe Immerwhar, estendeu-se por assuntos que, quando Jacoby dava forma ao seu modelo explicativo, não podiam ser associados com a História, dado o sentido estrito a ela imposto.²⁴⁵ território de atuação dos interesses dos grandes Estados Nacionais, ela colocava em sua “alça de mira”, principalmente, a política.²⁴⁶ Para o helenista alemão, desta forma, o que de cunho supostamente etnológico e geográfico seria avaliado como algo que ainda não seria História; o que fosse supostamente História, por sua vez, seria apenas uma função dos grandes acontecimentos políticos protagonizados pela *pólis* ateniense: principal fator catalisador na utópica reação de entropia que teria como produto final a verdadeira ciência histórica. Esboçou-se acima, no item 5, de que maneira, em Heródoto, uma teoria da História articula-se com a doutrina da *Némesis*, perpassando, como uma “espinha dorsal”, as *Histórias*, como fosse ela uma “unidade orgânica”: tornando os episódios individuais, pontilhados nos primeiros *lógoi*, um exemplo particular, *genético*, da mesma lógica que regeria os grandes fatos bélicos que finalizam a narrativa. Por outro lado, como expõe Immerwhar, uma outra unidade se faria sentir nas *Histórias*,

²⁴⁴ Família da qual Péricles faria parte, por parte de mãe (Agarista, filha de Clístenes).

²⁴⁵ (Immerwhar, 1986: 314).

²⁴⁶ (Burke, 1992: 10 e 11).

justificando, de alguma maneira, sua grande diversidade temática.²⁴⁷ a perspectiva imposta por Heródoto à noção de *investigação (historié)*.

A prática, insaciável e crítica, da *investigação (historié)* não era algo desprezado pelo pensamento jônico, pelo que se pode depreender de Heráclito, que compreendia que “os homens amantes da sabedoria” deveriam “ser *investigadores (hístoras)* de muitas coisas”.²⁴⁸ Sem querer impor, positivamente, um paralelo entre o obscuro filósofo de Éfeso (que, por outra parte, compreendia, em uma observação aporética, não haver uma relação direta entre o *muito conhecer*, a *muita instrução (polymathíe)* e o *discernimento (nóos)*)²⁴⁹ e o cronista de Halicarnasso, o exemplo representado por sua máxima parece indicar o real motivo da inclusão de digressões etnográficas e geográficas nas *Histórias*: não apenas os “feitos humanos” e as “grandes e maravilhosas façanhas de gregos e bárbaros” mas a “totalidade das coisas” que compõem o mundo, sem as quais seria impossível compreendê-lo, são, indiscriminadamente, objeto de um mesmo espírito investigador.²⁵⁰ Como se a tendência dos primeiros milésios de tentar compreender o *mundo (kósmos)*, a ordem das coisas, a partir de um só e mesmo princípio,²⁵¹ fosse um bom exemplo (não uma explicação) para se compreender o pensamento herodoteano (sendo a questão do sucesso e/ou do insucesso, da legitimidade e/ou da ilegitimidade desta empreitada uma questão de outra ordem). Desta maneira, o modelo de Jacoby, que confere

²⁴⁷ *Maravilhas, curiosidades (thôma)*; *costumes (nómoi)*; descrições geográficas; origem dos nomes dos deuses; fatos bélicos; etc.

²⁴⁸ Frag. 35 Diels-Kranz.

²⁴⁹ Frag. 40 Diels-Kranz.

²⁵⁰ (Immerwhar, 1986: 315).

²⁵¹ (Guthrie, 1992: 28-36).

a um suposto “acidente biográfico”,²⁵² parca se não insuficientemente documentado pela tradição,²⁵³ imenso potencial explicativo, busca compreender Heródoto não em seus próprios termos, mas nos de Hecateu (quem ele, possivelmente, nunca quis ser); abrindo, por outra parte, como se verá mais adiante, uma nova avenida para que ele seja mais uma vez avaliado nos termos de Tucídides (quem ele, definitivamente, não é).

A imagem de Heródoto aventada pelo modelo proposto por Jacoby é a de alguém que teria conhecido, durante o período em que a arte dita clássica teria atingido sua expressão máxima, o então maior “centro cultural do mundo grego”.²⁵⁴ panorama que apenas teria tido ocasião de se configurar por meio do sistema de exploração sistemático e coercitivo imposto por Atenas às cidades do Egeu.²⁵⁵ Em um certo sentido, afirmar que o cronista de Halicarnasso teria se tornado um “ateniense por adoção”, como fosse ele quase um *polites* ateniense, é criar mais uma ampla via para a legitimação do exercício da força e da violência como ferramentas necessárias na manutenção das ditas liberdades democráticas e na realização dos grandes ideais artísticos:²⁵⁶ como se o lúcido caminho em direção à compreensão do conhecimento histórico fosse necessariamente a assimilação dos empreendimentos imperialistas; como se, em um paralelo, as possessões alemãs na África,

²⁵² (Immerwhar, 1986: 315).

²⁵³ Vide 4.1. Lateiner (1989: 4) propõe ser “ingenuidade traçar o desenvolvimento do pensamento de um homem apenas por meio de um livro”.

²⁵⁴ (Gombrich, 1993: 52).

²⁵⁵ (Guarinello, 1991: 16).

²⁵⁶ Este parágrafo foi articulado a partir de uma aguda e apropriada observação que o Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese fez na ocasião da banca de qualificação desta dissertação.

levadas a termo no tempo de Bismark, fossem justificadas ideologicamente pela suposta capitulação política de Heródoto pela triunfante Atenas de Péricles.

Neste sentido, na Alemanha do tempo de Jacoby, a idéia de Estado Nacional, informada por uma postura claramente imperialista, foi imposta, de cima para baixo, sobre o imenso mosaico composto por povos de língua e costumes germânicos, onde prevaleciam os dialetos, o analfabetismo de massa e a identificação dos indivíduos com sua região particular. Assim, a idéia de que o esforço de Heródoto deveria ser compreendido a partir de sua presumida “identidade política ateniense” parece recender à idéia de que todo o cidadão está cultural e socialmente inserido em um território geograficamente bem determinado, servindo a interesses próprios do Estado nacional do qual ele faz parte, fossem eles quais fossem. Os especialistas britânicos, como se verá no próximo capítulo, se apropriam e desenvolvem esse mesmo modelo, suprimindo, também, as demandas ideológicas próprias de suas particulares posturas políticas.

7. A INVENÇÃO DA “NAÇÃO” ATENIENSE: O CASO DA INGLATERRA

No capítulo 3 esboçou-se de que maneira foi estabelecida a disciplina de Estudos Clássicos (*Altertumswissenschaft*) na Alemanha do século XIX: como uma função da ideologia política do nacionalismo (como a expressão do orgulho étnico germânico), difundida por meio do programa educacional (*Bildung*) de Humboldt. O processo em que, por outra parte, os Estudos Clássicos (*Classics*) se estabeleceram na Inglaterra foi possível, segundo Bernal, graças à difusão dos paradigmas germânicos em terras britânicas.²⁵⁷ Tradicionalmente, como expôs Trevelyan, o Latim era, preferencialmente, a língua clássica estudada nos currículos escolares cumpridos pelos filhos das classes altas e médias inglesas; segundo este estudioso, “apenas a partir do século XIX é que um típico estudante inglês sentir-se-ia à vontade tanto com Aristófanes quanto com Horácio”.²⁵⁸ Nesse período, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, é que os modelos que compreendiam as civilizações helênicas como o “berço da civilização ocidental”, tomados como um desenvolvimento acadêmico “continental”, capaz de “derrotar o [então] *establishment* acadêmico anglicano” britânico, de traço *conservador* (*Tory*), seriam introduzidos na Inglaterra, por intermédio da universidade de Cambridge²⁵⁹ – instituição consideravelmente mais maleável, de traço *radical* (*Whig*).²⁶⁰

²⁵⁷ (Bernal, 1987: 317 e 320).

²⁵⁸ (Trevelyan, 1980: 325).

²⁵⁹ (Bernal, 1987: 317 e 319).

²⁶⁰ De acordo com Corvisier (1976: 302-304), *Whigs* são opositores históricos do regime monárquico e partidários fervorosos do parlamentarismo. Contrariamente aos *Tories* (representantes da aristocracia (*gentry*) e dos grandes proprietários de terra, defensores do caráter divino do regime monárquico), os *Whigs*

George Grote, intelectual “liberal inglês”,²⁶¹ “jovem banqueiro”, autor de uma *História da Grécia* (publicada entre os anos de 1846-1856) “nos moldes dos desenvolvimentos acadêmicos germânicos”, seguindo os passos do primeiro grupo de Cambridge (do qual Connop Thirlwall, fanático germanófilo e arianista, autor de uma *História da Grécia* em oito volumes, é o representante mais conhecido) reafirmou em língua inglesa, em certo sentido, a crença, tão cara aos helenistas alemães, de que os gregos (os atenienses, em especial) deveriam ser tomados como “os mentores intelectuais da humanidade”. A “redescoberta da Grécia”, pela Inglaterra, representou, de maneira geral, no pensamento radical inglês, segundo Bernal, uma maneira intelectualizada, “progressista e romântica” de opor resistência ao conservadorismo britânico, propondo, em contrapartida, uma possível “terceira via” entre o conformismo e a revolução: que uma “aristocracia intelectual”, uma “nova *intelligentsia*”, formada no estudo edificante das civilizações helênicas, pudesse, então, formar moral e eticamente a elite dirigente inglesa. A maneira como a Inglaterra se apropriou dos modelos germânicos, por outra parte, como lembra Bernal, apresenta, entre outras, uma diferença marcante, perceptível, principalmente, na apaixonada apreciação de Grote da democracia ateniense.²⁶² ela se definia, para o intelectual *whig*, representante dos opositores históricos da monarquia, como o fruto bem

representavam o poder econômico inglês (*moneyed man*) e parte dos dissidentes radicais da igreja anglicana (mais hostis ao catolicismo). Hill (1977: 15 e 18), por outra parte, assinala o fato de que os *Whigs* passaram a ser identificados, posteriormente, como *liberais* ou *trabalhistas*, em contraposição aos *Tories*, os conservadores. Na realidade, como expõe o historiador marxista, os *Whigs* (a outra face da mesma moeda que abriga, também, os seus opositores históricos) são, mais especificamente, os representantes da burguesia: os perpetuadores da fábula de que seus interesses coincidiram com os da nação.

²⁶¹ (Finley, 1989: 128).

²⁶² (Bernal, 1987: 318; 323; 324 e 328).

acabado do “brilhantismo e do talento individual” de uma aristocracia esclarecida; como fosse a representação do modelo grego uma maneira erudita de fortalecer ideologicamente a tradição *radical* britânica. Os modelos ingleses de compreensão de Heródoto seguirão, em certo sentido, como se verá agora, uma orientação análoga: reproduzindo, por um lado, essa idealização apaixonada da Atenas de Péricles e, por outro, a tradição de interpretação da qual Jacoby é o representante.

7.1 O Heródoto “britânico”

Um dos mais antigos especialistas britânicos a compreender a narrativa de Heródoto sob a esfera de influência da *polis* clássica foi Bury, autor de *Ancient Greek Historians*, de 1908.²⁶³ Apoiado na obra do cronista e nos esparsos elementos biográficos resguardados pela tradição, ele afirmou que Heródoto seria o que se poderia chamar de um “filo-ateniense”, um “acalorado admirador de Atenas” que teria “visto com aprovação e entusiasmo seu império”. A possível participação no empreendimento de colonização de Turi, argumenta Bury – fato que tornaria, segundo ele, o cronista um cidadão daquela colônia ateniense – contribuíra ainda mais para estreitar os laços que ele já mantinha com Atenas. Também segundo este autor, em mais de uma ocasião (como se pode constatar em VII.161 e IX.27), Heródoto não teria perdido a oportunidade de defender, apelando ao passado mítico/histórico, a pretensão dos atenienses de exercerem a hegemonia por sobre as

²⁶³ J. B. Bury foi um dos editores da primeira edição da *Cambridge Ancient History*, de 1924.

outras cidades gregas: fato que demonstraria como sua obra teria sido tangida pelos interesses políticos próprios de Atenas.²⁶⁴

Para Bury, as *Histórias* teriam adquirido sua forma definitiva por meio de um longo processo de maturação. A enorme influência que a tradição descritiva jônica, de caráter geográfico e etnográfico, teria exercido na composição da narrativa herodoteana, entretanto, segundo este autor, não autorizaria a tese de que um relato dessa espécie teria sido, inicialmente, o propósito de Heródoto. Para Bury, a preocupação inicial do cronista teria sido, isso sim, dar registro à invasão persa em terras gregas. Assim, os três últimos livros da narrativa de Heródoto (VII-IX), que tratam dos acontecimentos compreendidos entre a investida de Xerxes às terras da Grécia peninsular e a capitulação final dos persas pelos gregos, teriam precedido, no processo de redação, os primeiros seis. O plano maior de compor uma obra em que a descrição dos povos, costumes e terras conhecidos – que tiveram, direta ou indiretamente, relação com as guerras pérsicas – se somasse ao fato grandioso da vitória dos gregos, liderados pelos atenienses, sobre os persas, só se deu, para Bury, sob a influência política e cultural de Atenas. As possíveis viagens ao Egito e ao Mar Negro, por exemplo, para este autor, teriam se dado quando possíveis embaixadas atenienses a estes lugares, ou mesmo simples viagens comerciais, tivessem tido ocasião, por razões eminentemente econômicas, em *circa* 444 a.C.. Antes disso, no período compreendido entre 456 e 445 a.C., Heródoto já teria escrito a narrativa da invasão de Xerxes.²⁶⁵

²⁶⁴ (Bury, 1958: 62-64).

²⁶⁵ (Bury, 1958: 39-41).

Esta “reconstrução” do processo de redação vem de encontro à afirmação de que o texto de Heródoto teria sido composto a partir de um “ponto-de-vista” ateniense, e de que sua obra representaria a versão ateniense dos fatos narrados.²⁶⁶ O “centro” da narrativa (ou seu ponto de partida) seria o conjunto dos acontecimentos nos quais os atenienses teriam desempenhado papel principal. A passagem VII.139, neste contexto, é um elemento central na exposição do helenista britânico, sendo tomada como uma quase confissão do “filo-atenianismo” herodoteano: ao “afirmar expressamente que os atenienses se tornaram os verdadeiros salvadores da Grécia (*Athenaious sotéras genêsthai tês Helládos*)” Heródoto teria dado “publicidade e aceitação à uma história que personificava a tradição e justificava o império de Atenas, e o teria feito com tal astúcia e tato que acabou por torná-la definitiva”. Em favor desta tese, Bury relaciona as ocasionais referências aos Alcmeônidas²⁶⁷ e, dentre estes, a Péricles²⁶⁸ especialmente, e conclui: tais referências seriam a expressão da profunda simpatia que Heródoto nutria pelo “Império Ateniense”.

Para Bury, deveria ser ressaltado o fato de que o cronista de Halicarnasso pertenceria inteiramente, em temperamento e mentalidade, ao período anterior à iluminação sofística; o qual ele, mesmo não tendo compreendido, pôde assistir nascer. A real dívida de Heródoto seria, por um lado, para com Hecateu – de quem ele teria herdado uma atitude crítica no trato com os antigos mitos helênicos – e, por outro, principalmente, para com o

²⁶⁶ (Bury, 1958: 62-63).

²⁶⁷ E.g. Em V.62 e 63, quando ele defende a origem Ática dos Alcmeônidas e advoga a importância do papel desempenhado por eles na deposição da tirania pistrática; Em VI.121, quando refuta a boataria acerca da suposta traição em favor dos persas.

²⁶⁸ E.g. É célebre a passagem VI.131, onde Heródoto narra o sonho de Agarista, filha de Clístenes, da família Alcmeônida. Esta teria sonhado, antes de parir Péricles, que daria à luz um leão.

épico, que explicaria a “mágica de seu estilo”: Heródoto, desta maneira, seria “o Homero das Guerras Pérsicas”. Assim circunscrito, o prófugo de Halicarnasso, no modelo de Bury, estaria na infância de uma nascente ciência histórica que alcançaria sua maturidade apenas quando Tucídides quisesse entender aquilo que ele apenas celebrara: “o império de Atenas (o mais novo fenômeno na história da Hélade) e o governo democrático (uma novidade na história do mundo)”.²⁶⁹

É digno de nota a dependência intelectual de Bury para com a escola alemã de interpretação da obra de Heródoto. São de A. Bauer (cujo modelo é apresentado no item 4.1) as seguintes idéias, reproduzidas por Bury: i) que os livros VII, VIII e IX (o teatro das guerras) teriam sido os primeiros a serem escritos, em Atenas; ii) que os demais (I-VI) teriam sido escritos posteriormente, à medida que Heródoto tomara contato, em suas possíveis viagens, com os diferentes países contemplados em sua narrativa; iii) que a narrativa teria sido, posteriormente, costurada em um todo único, tarefa levada a termo em Turi.²⁷⁰ Na exposição de Bury, por outra parte, um ponto chama a atenção. Com relação à polêmica hipótese que propõe Heródoto ter permanecido definitivamente na colônia ateniense na Magna Grécia, o helenista britânico não gasta mais de duas linhas,

²⁶⁹ (Bury, 1958: 74 e 78).

²⁷⁰ O volume de J. B. Bury (1958) é a reunião de uma série de palestras que ele proferiu em 1908, na Universidade de Harvard, contemplando o tema *lato*: os historiadores gregos. Pelas inúmeras citações que dela fazem os mais diferentes especialistas britânicos, pode-se dizer que, apesar de seu caráter geral, tornou-se referência nos estudos herodoteanos. Na lista bibliográfica apresentada no final de seu volume, que o autor afirma ser a lista de trabalhos usados por ele na preparação de suas palestras, a obra de Bauer, publicada em 1899, na qual o helenista alemão investiga as obras dos historiadores gregos e dá forma a seu modelo de interpretação sobre Heródoto, faz parte desta seleta lista.

considerando, reveladoramente, não ser necessário nem desbaratá-la nem confirmá-la,²⁷¹ como se resolvesse-a da seguinte maneira: ele seria um ateniense, onde quer que estivesse (da mesma maneira que um britânico continuaria sendo um britânico estivesse ele na África, na Índia ou na Oceania).

7.2 Uma lápide ateniense para Heródoto

J. E. Powell,²⁷² autor de *The History of Herodotus*, de 1939, mesmo concordando com relação ao *fator determinante* que teria condicionado a escrita das *Histórias*, discorda de Bury quanto ao processo de redação do texto de Heródoto. Para este autor, Heródoto teria primeiramente escrito uma História da Pérsia, que teria sido composta não como parte de um trabalho maior mas como uma obra independente e completa em si mesma. Este autor empreende uma extensa análise do texto original, investigando as referências que o próprio Heródoto faz, em determinadas partes de seu texto, a outras passagens de sua obra. A análise de tais referências, segundo Powell, indicaria a precedência, na ordem de composição, de uma parte do texto em relação a outra. Tal estudo, argumenta este autor, teria evidenciado que até aproximadamente 430 a.C. Heródoto estava compondo sua descrição da História da Pérsia, já então sob a influência de Atenas. Halicarnasso, cidade natal de Heródoto, nessa época, já figurava entre as tributárias da Liga de Delos; Atenas,

²⁷¹ (Bury, 1958: 37).

²⁷² Foi membro do Trinity College, de Cambridge e, posteriormente, professor de língua grega da Universidade de Sydney, na Austrália.

portanto, exercia sua hegemonia política sobre ela. Powell assinala este fato associando-o ao trabalho de Heródoto, para ressaltar que, a partir dessa data, Atenas dominaria a vida do cronista das guerras pérsicas.²⁷³

A possível mudança de plano do trabalho de Heródoto, segundo Powell, teria se dado após a recitação pública de seu trabalho, em 445-446 a.C. A interpolação entre os versos 904-920 da *Antígona* de Sófocles e a passagem III.119 das *Histórias*, dariam testemunho, segundo o helenista britânico, de que parte do trabalho do cronista das Guerras Pérsicas fora influenciado pela obra do autor trágico, já naquela época publicado.²⁷⁴ O possível convite para fazer parte da colonização de Turi, de onde ele retornaria, segundo Powell, apenas depois de deflagrada a guerra contra Esparta, seria, também, mais um elemento em favor da tese de que Atenas teria exercido extrema influência sobre Heródoto.²⁷⁵

O ponto central da tese de Powell é que, depois de deflagrada a Guerra do Peloponeso, Heródoto teria retornado a Atenas, seu “lar espiritual”, em 430 a.C.. A “experiência”, então, de contemplar Atenas, que ele deixara como a poderosa e próspera líder da Liga de Delos, agora devastada pela guerra, teria compelido-o a reformular seu trabalho. Aí sim, argumenta Powell, é que Heródoto transformaria sua História da Pérsia em uma História das Guerras Pérsicas. A reestruturação de tal narrativa teria como objetivo, argumenta o estudioso, dar registro à coragem e à resolução dos atenienses, os

²⁷³ (Powell, 1939: 39; 84-85).

²⁷⁴ Para Powell (1939: 34) a história da curiosa escolha da esposa de Intafernes, como contada nas *Histórias*, tanto pelo conteúdo quanto pelo vocabulário, não deixaria dúvidas dos débitos de Heródoto para com a tragédia sofocleana.

verdadeiros comandantes dos gregos na vitória contra os persas. Esta empresa, para Powell, teria se dado por que “Heródoto, por dialeto e nascimento um grego da Ásia Menor”, seria, “em todo o resto, um ateniense”.²⁷⁶

A idéia de que Heródoto estaria inscrito em um percurso, compreendido entre a logografia jônica (que ele superou) e a posse concreta do conhecimento do passado (só levada a termo por Tucídides), está impressa no modelo teórico de Powell. Para o helenista britânico, o cronista de Halicarnasso teria levado a termo duas das três mais importantes inovações que definiriam a verdadeira arte grega do conhecimento histórico, compreendidas estas, no caso de Heródoto, pelos supostos estágios da construção das *Histórias*. O primeiro deles seria a “História da Pérsia”: não uma mera compilação dos autores precedentes ou das descrições hecateanas, mas a intenção de uma “História Universal”, onde as tradições descritivas precedentes (o *Gês Períodos* de Hecateu, o *Hóroi Lampsakênôn* de Caron, a *Lydiaká* de Xanto e a *Persiká* de Dioniso de Míleto) combinavam-se em favor de uma narrativa de cunho eminentemente histórico (apesar de todas as digressões geográficas e etnográficas que ela contém). O segundo, seria a “virtual” supressão dos elementos etno-geográficos (dos quais, segundo o helenista britânico, a História teria originalmente florescido) e a concentração em um tema de um passado passível de verificação, e não mítico; a “História da Pérsia” de Heródoto (a narrativa dos eventos bélicos e embaixadas políticas própria dos três últimos livros das *Histórias*), que buscava definir uma linha de causalidade entre os eventos, seria o resultado acabado desse segundo passo na evolução da investigação histórica. O terceiro e definitivo estágio na

²⁷⁵ (Powell, 1939: 63-83).

consecução da ciência histórica grega teria sido, segundo Powell, levado a termo por Tucídides, que restringiu a investigação histórica a uma estrita porção do passado cujo registro o historiador, tendo sido agente ou participante, poderia de fato controlar, eliminando, assim, os elementos míticos. Tudo o que viria depois de Tucídides seria, para Powell, de pouco interesse, confinado à expressão pouco edificante: “a morte da História”.²⁷⁷

O helenista britânico, a partir dos esparsos dados resguardados pela tradição e da análise documental, estabeleceu um quadro cronológico das principais datas do presumido processo de redação do texto herodoteano: i) 447-4 a.C., redação dos livros I-III (em sua forma original) e da parte final do livro IV; ii) 444-3 a.C., redação do início do livro IV e do início do livro V; iii) 430-28, reestruturação dos livros I-III, finalização do livro V e redação dos livros VI-IX. Os elementos de comparação, eleitos por Powell, na avaliação de seu quadro cronológico, são as datas propostas por Kirchhoff (cujo modelo explicativo é apresentado em 4.1): helenista alemão, estudioso da historiografia grega, predecessor de Jacoby. Powell concorda com este seu colega alemão em quase todos os pontos: i) ambos compreendem que Heródoto teria, em linhas gerais, escrito as *Histórias* na ordem em que a conhecemos hoje; ii) que as primeiras partes da obra teriam sido escritas já em Atenas, sob o influxo político e cultural daquela *pólis*; iii) que as seções seguintes teriam sido escritas na Magna Grécia; iv) que o trabalho teria sido finalizado depois de seu possível retorno à Atenas, onde teria morrido e sido enterrado.

²⁷⁶ (Powell, 1939: 84-86).

²⁷⁷ (Powell, 1939: 44 e 45; 86).

Uma das referências centrais no modelo de Powell é, também, a chamada “apologia de Atenas” (VII.139). Para o helenista britânico, tal “panegírico” teria sido endereçado a todo o Mundo Grego de inícios da Guerra do Peloponeso (em boa parte hostil para com Atenas), representando, de maneira exemplar, o caráter “pró-ateniense”²⁷⁸ com que teriam sido vazados os últimos três livros da narrativa de Heródoto.²⁷⁹ Deflagrado o conflito entre espartanos e atenienses, Heródoto, de acordo com Powell, teria se lançado sobre o trabalho que por quinze anos teria repousado intacto, buscando registrar a idéia de que a liberdade da Hélade só fora possível graças à industriosa participação ateniense na batalha de Salamina; buscando garantir *fama* (*kléos*) aos *grandes e maravilhosos feitos* (*érge megála te kai thomastá*) realizados pelos atenienses.²⁸⁰ Dirigida, principalmente, segundo Powell, a um público não-ateniense, esta apologia seria, então, uma justificativa do império coercitivo e explorador em um momento em que seu território era devastado pela guerra; seus campos de trigo, queimados; sua população, dizimada pela peste. Neste esquema, a arte da História se definiria como uma construção retórica, intelectual e politicamente implicada no esforço de justificação do papel histórico da Atenas do século V a.C. e da afirmação de seu presumido heroísmo. Heródoto (um cronista a serviço de sua *pólis*/um historiador a serviço de seu Estado Nacional), por outra parte, no esforço de

²⁷⁸ Nesta afirmação, Powell declara estar de acordo com o que Eduard Meyer propôs em *Forschungen zur alten Geschichte*, vol. II, 196-268, 1899.

²⁷⁹ Para Powell, como será visto adiante com mais detalhes, os livros VII, VIII e IX, escritos, de acordo com ele, por volta de 429 a.C., representariam uma fase mais tardia da obra de Heródoto.

²⁸⁰ Powell (1939: 81-82) associa a passagem VII.139 ao proêmio da obra de Heródoto, reproduzindo o seguinte excerto do texto original: *hos mè érge megála te kai thomastà akleá génetai*.

legitimação deste modelo interpretativo, se materializaria, definitivamente, como ateniense: fundava-se, em plena Atenas teórica, uma lápide tumular, com seu nome inscrito nela.

7.3. Os gregos antigos e sua “nação” moderna

Depois de derrotada, na *batalha naval* de Salamina, a Armada persa se retirou para o Helesponto e, daí, para Samos (VIII.107 e 130). Xerxes retirou-se para a Ásia, deixando Mardônio no comando das tropas, fundadas na Tessália (VIII.133). A armada grega, comandada pelo espartano Leotíquides, seguiria para a Ásia Menor, vencendo os persas, finalmente, em Mícale (IX.105). Antes disso, Mardônio, na primavera de 479 a.C., enviara Alexandre da Macedônia em embaixada a Atenas, com a missão de oferecer aliança aos atenienses (prometendo, em troca, a posse da Ática e de um outro território que desejassem possuir), pretendendo, assim, retirá-los da coalizão que enfrentava a ameaça bárbara (VIII.140)²⁸¹ e, assim, evitar o que, posteriormente, em Platéia, seria a definitiva vitória helênica na península grega (IX.69). Informados da embaixada persa, os lacedemônios, receando que os atenienses entrassem em acordo com os bárbaros, enviaram, também, embaixadores a Atenas (VIII.141). A assembléia dos atenienses, depois de afirmar seu “zelo pela liberdade” e rejeitar a aliança com os persas (VIII.143), dirigiu-se aos lacedemônios nos seguintes termos (VIII.144):

²⁸¹ (Jones *et alli*, 1997: 15).

“Sendo os helenos do mesmo sangue (*homaimón*), falando a mesma língua (*homóglosson*), tendo em comum (*koiná*) os templos (*Theón hidrýmata*) e sacrifícios (*thysíai*), os costumes (*éthéa*) e os mesmos hábitos de vida (*homótropos*), não seria vergonhoso para os atenienses trai-los?”.

Os lacedemônios, segundo Heródoto, tendo ficado satisfeitos com esta declaração dos atenienses, regressaram para Esparta; sua resposta, entretanto, no corpo das *Histórias*, é traduzido com um silêncio solene, que a tradição crítica trataria de romper.

Como lembram Jones *et alli*, Heródoto, na passagem acima (VIII.144), definia o que, para ele e seus contemporâneos, era ser um grego: compartilhar “de uma mesma visão de mundo mais do que de um território comum”.²⁸² A idéia de um sentimento pan-helênico,²⁸³ segundo Hartog, é um dos frutos do conflito entre gregos e persas, que estabeleceu, entre outras coisas, o sentido simbólico da palavra *bárbaro*.²⁸⁴ “todos os não gregos”.²⁸⁵ Termo que, de acordo com Finley, “visava (...) estabelecer uma diferenciação restritiva, via de regra (...) com uma implicação pejorativa”,²⁸⁶ o *bárbaro*, por outra parte, é, nas *Histórias*, como quis Hartog, um dos elementos principais em uma estratégia expositiva organizada pela lógica da alteridade: “eles e nós, os outros e os gregos”. O bárbaro seria, então: o “outro” de um par simétrico composto, por outra parte, do “eu”; a negação do que o grego concebia ser virtuoso, justo e bom. Os persas obedecem a um grande rei o que é

²⁸² (Jones *et alli*, 1997: 61).

²⁸³ (Immerwhar, 1986: 216 e 219).

²⁸⁴ (Hartog, 1999: 326).

²⁸⁵ (Liddell & Scott, 1997: 146).

²⁸⁶ (Finley, 1989: 130).

afirmar positivamente que os gregos vivem em um regime de *isonomía*, e que este é melhor que o bárbaro; os citas são nômades o que significa dizer que os gregos vivem na *pólis*, e que é mais afortunado aquele que vive nela que aquele que corre as estepes sob seu cavalo.

A Hélade, de acordo com Finley, “era uma sociedade complexa”, composta de “uma multiplicidade de grupos”: a família, o lar, o *démos*, etc.; grupos que nem sempre compartilhavam, segundo o estudioso americano, dos mesmos interesses. A palavra grega *agón*, como lembram Jones *et alli*, traduzia, para o contexto da Atenas do século V a.C., uma das principais características do sistema de valores grego e da organização interna da *pólis*: “a competição agressiva e auto-afirmativa (...), com uma clara distinção entre amigos e inimigos”; lógica que regia, em um certo sentido, tanto as relações entre os indivíduos de um grupo e dos grupos entre si, dentro do corpo da *pólis*, quanto os relacionamentos entre as diferentes *póleis*. O helenismo defendido por Heródoto, como bem lembrou Finley, teria impedido que os atenienses se unissem “aos persas contra os gregos; mas (...) nunca impediu que os gregos (inclusive atenienses) lutassem entre si ou escravizassem outros gregos”.²⁸⁷

Para How & Wells, a passagem VIII.144 seria “uma nobre afirmação da nacionalidade helênica”,²⁸⁸ ponto em que Myres concorda plenamente.²⁸⁹ Para estes especialistas, descendência, língua, religião e costumes comuns seriam os elementos que tornariam, segundo a ideologia política do nacionalismo, uma nação um organismo unitário (*vide item 3*) – o que é, em certo sentido, um programa ideológico no esforço político de

²⁸⁷ (Finley, 1989: 128).

²⁸⁸ (How & Wells, 1998: 286).

²⁸⁹ (Myres, 1971: 44).

construção de uma idéia de nação e não um parâmetro que sirva, de fato, para a constatação da existência de uma. O que seria a apologia da “unidade cultural grega”, constante da obra de Heródoto, foi, desta forma, avaliada como quase uma definição moderna de um acalorado sentimento patriótico. De acordo com Finley, “a linguagem moderna” não estaria “bem suprida de expressões para descrever os fenômenos políticos gregos”, mas se fôssemos definir o sentido latente da asserção de Heródoto, teríamos de dizer que: “os atenienses antigos eram culturalmente gregos, mas politicamente atenienses”.²⁹⁰

Uma das traduções da obra de Heródoto mais populares em língua inglesa, de autoria de George Rawlinson, publicada pela primeira vez em 1858 e até hoje reeditada comercialmente,²⁹¹ parece preconizar essa mesma expectativa, projetando, na Grécia antiga, já em meados do século XIX, a moderna idéia de “nação”. G. Rawlinson, historiador britânico, professor de História Antiga de Oxford, de 1861 a 1889, publicou uma série de estudos sobre as monarquias orientais (*As cinco grandes monarquias do mundo antigo*) e alguns estudos sobre a história judaico-cristã; debruçou-se, também, sobre a história do Egito, da Fenícia e das civilizações mesopotâmicas; pesquisou, também, acerca da “origem das nações”, tendo publicado livro a respeito do tema.²⁹² Sua tradução de Heródoto foi publicada com a colaboração de seu irmão, o orientalista Henry C. Rawlinson, a quem se atribui parte da tarefa na decifração da escrita cuneiforme mesopotâmica.²⁹³ “um exemplo típico daquele homem de ação britânico, que conjugou os serviços militares

²⁹⁰ (Finley, 1989: 128 e 130).

²⁹¹ Ainda hoje faz parte do catálogo da Penguin Books.

²⁹² (*Enciclopedia Universal Ilustrada*, 1958: 897).

²⁹³ (Bray & Trump, 1982: 71).

prestados ao Império com a pesquisa acadêmica no Oriente”.²⁹⁴ O texto resultante deste esforço conjunto é uma obra prima da literatura inglesa: vertido em um tom solene, chega ao preciosismo de verter em inglês vitoriano os oráculos e excertos épicos encontrados na narrativa herodoteana.

Um trecho da obra de Heródoto, recorrente nos modelos teóricos dos especialistas britânicos, é bastante representativo tanto do estilo quanto da orientação ideológica que marcaram a tradução de G. Rawlinson: a apologia de Atenas (VII.139). Esta passagem conclui os preparativos persas para a guerra contra os gregos, representando, no corpo da narrativa, o que seria, no comentário de How & Wells, uma das descrições dos “serviços de Atenas para a Grécia”.²⁹⁵ O autor grego, neste ponto, afirma expor uma *opinião* (*gnómen*) que, segundo ele, mesmo podendo desagradar a muitos, *lhe parece ser a verdade* (*pháinetai eînai alethés*). O fato de os atenienses terem oposto resistência, por mar, ao avanço bárbaro, não temendo os invasores, havia sido, segundo Heródoto, fator decisivo para a vitória grega no conflito. Não fosse isso, propõe ele, qualquer esforço, por terra, por parte dos lacedemônios, não teria evitado que a Grécia caísse nas mãos dos persas. Assim, Heródoto, no final da passagem, reafirma sua opinião pessoal concluindo, em tom quase doutrinário,²⁹⁶ dizer que os *atenienses tornaram-se* (*Athenaíous genésthai*) os *salvadores da Grécia* (*sotéras tês Helládos*) é *não faltar com a verdade* (*ouk hamartánoi tò alethés*); pois, tendo incitado *todos os gregos restantes* (*tò Hellenikòn pân tò loipón*) que ainda não

²⁹⁴ (*Encyclopedia Americana*, 1972: 236).

²⁹⁵ (How & Wells, 1998 (1912): 181).

²⁹⁶ Darbo-Peschanski (1998: 189) se refere desta maneira à passagem VII.139: “um ponto doutrinário essencial às *Histórias*”.

havam se inclinado em favor dos bárbaros, foram eles que, depois dos deuses, repeliram o rei persa. A tradução que Rawlinson propõe para este trecho é a seguinte, reproduzida no seu idioma original:

“And here I feel constrained to deliver an opinion, which most men, I know, will dislike, but which, as it seems to me to be the true, I am determined not to withhold. (...) If (...) a man should (...) say that the Athenians were the saviours of Greece, he would not exceed the truth. (...) They (...) was who (...) roused up that portion of the Greek nation which had not gone over the Medes; and so, next to the gods, *they* repulsed the invader”.²⁹⁷

Significativa, para os objetivos da discussão aqui desenvolvida, é a opção que G. Rawlinson faz para traduzir *tò Hellenikòn: Greek Nation* (nação grega).²⁹⁸ *Hellenikós* é, de acordo com a mitologia grega, o nome atribuído aos descendentes de *Héllen*, Helen, personagem lendário, filho de Deucalião. Dos filhos de Helen, expõe Grimal, descenderiam as raças dos dórios, eólios, jônios e aqueus: os povos helênicos.²⁹⁹ Os termos derivados do personagem mitológico, associados com os principais grupos formadores do que hoje compreendemos como “os antigos gregos”,³⁰⁰ seriam, de acordo com Toynbee, palavras

²⁹⁷ (Herodotus, 1948: 171).

²⁹⁸ Legrand (1966: 170) propõe, no índice analítico de sua edição da obra de Heródoto, que se traduza esta expressão por: *o mundo grego*. Powell (1977: 115), por sua parte, propõe, para o contexto da passagem em questão, uma relação de equivalência entre *tò Hellenikós* e *hoi Hèlènes: os gregos/helenos*.

²⁹⁹ (Grimal, 1994: 197).

³⁰⁰ “Grego” é um termo parcamente utilizado pelos antigos escritores helênicos (não há, de acordo com Powell (1977), registro da ocorrência dele no texto de Heródoto). Frequentemente associado com a língua falada pelos helenos e à península em que se estabeleceram as principais *pólis* (hoje denominada de balcânica), o termo *grego* (*graikós*), cujas respectivas versões neo-latinas tornaram-se moeda corrente entre

que “serviam aos helenos para designar sua civilização, seu mundo e eles mesmos”: helenismo, helênico, Hélade.³⁰¹ O sentido impresso por Heródoto ao conjunto dos helenos, na passagem VIII.144, como visto acima, pode dar uma idéia do que se concebia, então, como *tó Hellenikón*: mais uma “profissão de fé” em uma identidade cultural que a referência concreta a uma presumida unidade política.

Se há algum paralelo possível entre a Hélade e a idéia de nação é aquele existente entre um programa ideológico moderno (a nação pretendida, o discurso nacionalista) e um presumido esforço de auto-identificação idealizado e retórico (a obliteração de certos interesses em prol de um esforço de guerra e, principalmente, a celebração de uma unidade cultural face a uma realidade imperialista e dominadora). Não é a Grécia real (ou o sentido herodoteano de Hélade) que importa para Rawlinson mas um modelo de inteligibilidade capaz de representar um Estado Nacional imperialista. Inscrever a idéia de nação no corpo das *Histórias* é, neste contexto, construir Heródoto como o “paladino” da causa nacional, é propor que a manutenção e o fortalecimento de uma unidade política pode e deve ser mantida por meio da expansão imperialista. Para G. Rawlinson, propõe-se, se acaso Heródoto quis ou não fazer, e levar a termo, uma justificativa histórica da *pólis* ateniense e de seu dito “imperialismo” sobre as cidades do Egeu, parece, nessa perspectiva, estar fora de questão; o que parece ser central em sua tradução da obra de Heródoto é o caráter instrumental das *Histórias*, como ela poderia ajudá-lo a compreender e justificar suas

os helenistas modernos, foi preferido pelos escritores latinos (*graecus*) como o adjetivo capaz de discriminar tudo o que se relacionava com a Hélade: seu povo, sua cultura, suas instituições políticas (Saraiva, 1993: 531).

³⁰¹ (Toynbee, 1960: 8).

próprias ações imperialistas: a Grécia Antiga, a moderna “nação” grega dos teóricos nacionalistas do século XIX, parecia tornar ancestral e justo o exercício do poder britânico no fascinante e lucrativo mundo bárbaro.

8. CONCLUSÃO:

A escrita da História moderna, como expuseram Funari *et alli*, articulando o que argumentaram outros estudiosos, foi dominada por uma concepção teleológica do processo histórico, que privilegiava a narrativa da sucessão das grandes civilizações, todas, *natural e convenientemente*, convergindo (desde um passado do qual só restaram registros materiais) para a história da Europa moderna.³⁰² Pode-se dizer, com o risco das generalizações, que todo o Estado Nacional europeu, no período em questão, não apenas construiu a sua própria Grécia e Roma mas, principalmente, definiu, para si mesmo, um lugar neste passado, tarefa na qual a História e a Arqueologia empreenderam esforço conjunto.

Informado por essa perspectiva é que, por exemplo, o filólogo e pré-historiador alemão Gustaf Kossinna (1858-1931), que via a Arqueologia como uma “disciplina prévia e eminentemente nacional” voltada, já no período do entre guerras, à “reconstrução da terra natal do povo germânico”, argumentaria que os antigos germanos (antepassados dos modernos povos alemães) compartilhavam com os gregos de uma mesma origem indo-européia: justificativa histórica da ideologia do arianismo, que marcaria a nação alemã do período entre guerras;³⁰³ Werner Jaeger, por outro lado, falando, mais tarde, da parte de

³⁰² (Funari *et alli*, 1999: 03 e 04).

³⁰³ (Jones, 1997: 2). Como expõe Bosch-Gimpera (1989: 20), os estudos de Kossinna a respeito da origem dos germanos tomou como argumento central a idéia de que aquele povo, antepassado dos alemães modernos, seria o descendente direto do núcleo originário indo-europeu, localizado, para o autor alemão, nos territórios da Escandinávia Meridional e do Norte da Alemanha – compartilhando, portanto, de acordo com seu modelo, do mesmo tronco lingüístico e étnico que originaria, por outra parte, os gregos antigos.

uma tradição “derivada historicamente do estado burocrático prussiano”,³⁰⁴ iria propor, de maneira análoga, que a história do ocidente, em uma perspectiva cultural, só teria começado, de fato, graças ao novo estágio na evolução do espírito³⁰⁵ humano representado pelas “realizações artísticas, religiosas e políticas” dos gregos.³⁰⁶

A antigüidade, propôs Dabdab Trabulsi, teve, no contexto da institucionalização acadêmica da ciência histórica ocidental, um caráter eminentemente instrumental, servindo, em um certo sentido, “para exprimir fatos, situações e projetos contemporâneos”.³⁰⁷ Dessa maneira, os argumentos (acima expostos) dos dois especialistas alemães, no que têm de representativos da tradição em que estão inseridos (a qual exerceu enorme influência em todo o cenário europeu dos séculos XIX e XX), podem ser analisados (não reduzidos à análise, mas perspectivados por ela), cada um por sua parte, como: um esforço de construção de um espírito nacional por meio da afirmação de uma superioridade ancestral e gloriosa (fosse ela racial ou cultural).³⁰⁸

A expectativa para com o caráter modelar dessa suposta herança cultural e étnica foi traduzida, no *milieu* acadêmico, por meio da aposição do adjetivo “clássico” a todo o estudo da antigüidade greco-romana: como “aquilo a ser imitado pelos modernos”. A “suposta superioridade cultural grega”, como assinalou Funari, “seja sobre os romanos seja

³⁰⁴ De acordo com Vieira (2001: xiii e xiv), Jaeger, que foi “herdeiro da cadeira de grego que pertencera a Wilamowitz”, propôs “uma visão idealizada [e conservadora] da Grécia, que acentuava o valor supremo da *pólis* em relação à vida dos cidadãos”: bem de acordo com a postura auto-confiante e manipuladora que marcaria as ações políticas do Estado Nacional alemão no período.

³⁰⁵ Do alemão *geist*, *espírito*, mas, também, *intelecto*, *engenho*.

³⁰⁶ (Jaeger, 1992: 4 e 6).

³⁰⁷ (Dabdab Trabulsi, 1998: 209).

³⁰⁸ (Díaz-Andreu, 1999: 163).

sobre outras civilizações”, tomada como uma verdade irrefutável, que dispensaria “comprovações”, foi um dos principais “preconceitos, inconscientemente aceitos”, associados com o estabelecimento destes modelos de periodização.³⁰⁹ Se, neste esquema, Roma era preterida em favor da Grécia (o que talvez seja fato, principalmente, para o caso da Alemanha e da Inglaterra de finais do XIX), mesmo esta última, em seus próprios matizes culturais e étnicos, era loteada entre as diferentes nações e os diferentes especialistas europeus: não por acaso, alguns dos teóricos do militarizado e austero Estado Nacional Alemão elegeriam Esparta e seus antepassados, os dórios,³¹⁰ como o foco privilegiado de sua atenção; e parte dos eminentes estudiosos britânicos, por outro lado, voltar-se-ia à cosmopolita Atenas do tempo de Péricles, de traço jônico, senhora dos mares do Egeu.³¹¹

O modelo que Powell propôs para compreender o esforço de Heródoto é exemplar deste processo de apropriação instrumental da Grécia Antiga: compreendidas entre dois parâmetros claramente identificáveis, as *Histórias*, para o helenista britânico, não representariam uma unidade em si; tendo superado o estágio anterior (a Logografia) não perfariam o pleno processo de aquisição do conhecimento histórico grego, cristalizado em Tucídides (depois dele, só a “morte da História”). Dessa maneira, comparado com este “modelo a ser imitado” e aquilatado por seu afastamento de uma tradição anterior (que alguns compreenderam ser a épica), Heródoto é incompreensível: não foi o historiador dos

³⁰⁹ (Funari, 1995: 33 e 35).

³¹⁰ Os dórios, segundo Bray & Trump (1982: 79), invadiram a península grega, por volta do segundo milênio a.C., substituindo a civilização micênica. No período clássico, apontam os especialistas, seu dialeto era falado em boa parte do Peloponeso.

fatos políticos que levaram Atenas a exercer sua potência sobre o Egeu, nem o genealogista (e muito menos o aedo) pleno do mundo grego que tentou descrever.

Para torná-lo compreensível, para lidar com Heródoto, a tradição crítica moderna construiu-o como um ateniense, analisou-o pressupondo-o não como um *meteco* mas como um *polítes*. A serviço de Atenas, na Magna Grécia, e, finalmente, morto e enterrado nela, Heródoto foi, definitivamente, circunscrito no espaço ideológico de um parâmetro clássico: sua obra (mesmo que “imperfeita”)³¹² define-se como um fruto do Império Ateniense, uma celebração de seu poder hegemônico, de seu direito “ancestral e justo” à riqueza. É neste sentido que G. Rawlinson inscreveu a moderna idéia de nação em sua tradução das *Histórias*: a relação proposta entre Atenas e Heródoto deveria parecer, para um estudioso inglês do século XIX, uma maneira ancestral e erudita de justificar historicamente a sua própria dependência ideológica para com o Império Britânico.

³¹¹ (Bernal, 1987: 292, 293 e 328).

³¹² Avaliação, recorrente na tradição de interpretação das *Histórias*, que resulta da tendência a se compreender Heródoto nos termos de Tucídides.

9. TEXTOS ANTIGOS:

Em edição bilingüe:

HERODOTUS. *Books I and II*; translated by A. D. Godley; bilingual edition; LCL 117.

London: Harvard University Press, 1990.

HERODOTUS. *Books III and IV*; translated by A. D. Godley; bilingual edition; LCL 118.

London: Harvard University Press, 1995.

HERODOTUS. *Books V – VII*; translated by A. D. Godley; bilingual edition; LCL 119.

London: Harvard University Press, 1994.

HERODOTUS. *Books VIII and IX*; translated by A. D. Godley; bilingual edition; LCL 120.

London: Harvard University Press, 1981.

HESÍODO. *Teogonia – A origem dos Deuses* (edição bilingüe); estudo e tradução de J. A.

A. Torrano. – São Paulo: Iluminuras, 1991.

HOMÉRE. *Iliade – Tome II* (chants VII-XII); texte établi et traduit par Paul Mazon. Paris:

Les Belles Lettres, 1972.

HOMÉRE. *Iliade – Tome III* (chants XIII-XVIII); texte établi et traduit par Paul Mazon.

Paris: Les Belles Lettres, 1974.

HOMERO. *Os Nomes e os Navios – Iliada, Canto II* (edição bilingüe); traduções de

Haroldo de Campos e Manuel Odorico Mendes; organização, introdução e notas de

Trajano Vieira. – Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso: Livro I* (texto bilingüe estabelecido por

Jacqueline de Romilly); tradução e apresentação de Anna Lia Amaral de Almeida

Prado. – São Paulo: Martins Fontes, IX-LV, 1999.

Em tradução:

DIÓGENES LAÉRTIOS. *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*; tradução, introdução e

notas de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1988.

HERÓDOTO. *História*; tradução de J. Brito Broca. São Paulo: Ediouro, s.d.

HERODOTUS. *The History of Herodotus*. Volume II; translated by George Rawlinson.

London/New York: J. M. Dent & Sons/E. P. Dutton & Co, 1948.

HOMERO. *Ilíada*; tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Atena, 1949.

HOMERO. *Odisséia*. tradução de Manuel Odorico Mendes; edição de Antonio Medina

Rodrigues. São Paulo: Edusp/Ars Poetica, 1992.

PLATÃO. *Diálogos – Mênon, Banquete, Fedro*; tradução de Jorge Paleikat, notas

adicionais de João Cruz Costa. São Paulo: Ediouro, s.d.

10. LÉXICOS, DICIONÁRIOS E GRAMÁTICAS:

BRAY, W. & TRUMP, D. *Dictionary of Archaeology*. London: Penguin, 1982.

FREIRE, A. *Gramática Grega*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GRIMAL, P. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*; Tradução de Victor Jabouille. – Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

JONES, P. V.; SIDWELL, K. C.; CORRIE, F. E.; HALL, H. *Reading Greek – Grammar, Vocabulary and Exercises*. Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge University Press, 1989.

LIDDELL, H. G.; SCOTT, R. *An Intermediate Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1997.

LEGRAND, P. E. *Hérodote: Index Analytique*. Paris: Les Belles Lettres, 1966.

PEREIRA, I. *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1990.

POWELL, J. E. *A Lexicon to Herodotus*. Hildesheim: Georg Olms, 1977.

SARAIVA, F. R. S. *Dicionário Latino-Português*; redigido segundo o plano de L. Quicherat. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

11. OBRAS DE REFERÊNCIA:

BOWDER, D. *Quem foi Quem na Grécia Antiga*. Tradução de Maristela Ribeiro de Almeida Marcondes; Consultoria bibliográfica de Antônio Houaiss. – São Paulo: Art Editora, 1988.

ENCICLOPEDIA Italiana di scienze, lettere ed arti; volumes XII e XIII. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1951.

ENCICLOPEDIA universal ilustrada – Europeu-Americana; tomo XLIX. Madrid: Espasa-Calpe, 1958.

ENCYCLOPEDIA americana – International Edition; volume 23. New York: America Corporation, 1972.

12. BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA PRADO, A. L. A. de. “Vida e Obra de Tucídides” e “Estrutura e Função do Livro I”. In TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso: Livro I* (texto bilingüe estabelecido por Jacqueline de Romilly); tradução e apresentação de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. – São Paulo: Martins Fontes, IX-LV, 1999.
- AZEVEDO, C. M. M. de. “A nova história intelectual de Dominick LaCapra e a noção de raça”. In RAGO, M.; GIMENES, R. A. de O. *Narrar o Passado, Repensar a História*. (Coleção Idéias). Campinas: IFCH, p. 123-134, 2000.
- BERNAL, M. “The image of Ancient Greece as a tool for colonialism and European hegemony”. In BOND, G. C.; GILLIAM, A. (Ed.) *Social Construction of the Past – Representations as power*. London/New York: Routledge, p. 119-128, 1994.
- BERNAL, M. *Black Athena - The afroasiatic roots of classical civilization*. New Jersey: Rutgers, 1987.
- BLOCH, M. *Introdução à História*. Tradução de Maria Manuel e Rui Grácio; Mira-Sintra: Europa-América, 1965.
- BOSCH-GIMPERA, P. *El Problema Indoeuropeu*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- BOWRA, C. M. *Historia de la Literatura Griega*. Traducción de Alfonso Reyes; México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- BURCKHARDT, J. *Historia de la Cultura Griega*. Tomo III; traducción directa del alemán por Antonio Tovar – Barcelona: Editorial Iberia, 1947.

- BURKE, P. "Abertura: a Nova História, seu Passado e seu Futuro". In BURKE, P. *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. Tradução de Magda Lopes; São Paulo: Editora da Unesp, 7-37, 1992.
- BURY, J. B. *The Ancient Greek Historians*. New York: Dover Publications, 1958.
- CANFORA, L. "Introduzione". In TUCIDIDE. *La Guerra del Peloponeso – Libro Primo*; a cura di Luciano Canfora. – Milão: Arnoldo Mondadori Editore, 9-39, 1987.
- CHILDE, V. G. *A Evolução Cultural do Homem*. Tradução de Waltensir Dutra; Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.
- COLLINGWOOD, R. G. *A Ideia de História*; tradução de Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- CORVISIER, A. *História Moderna*; tradução de Roque da Silva e Carmem Olívia de Castro Amaral. Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- DABDAB TRABULSI, J. A. "Liberdade, Igualdade, Antigüidade: a Revolução Francesa e o Mundo Clássico". In *Phoênix*, Rio de Janeiro, 4: 205-255, 1998.
- DARBO-PESCHANSKY, C. *O Discurso do Particular – Ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Ângela Martinazzo - Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- DE SANCTIS, G. "Erodoto". In *Enciclopedia Italiana*. Vol. XIII – Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana., p. 258-262, 1951.
- DÍAZ-ANDREU, M. & CHAMPION, T. "Nationalism and archaeology in Europe: an introduction", in *Nationalism and archaeology in Europe*. London: UCL Press, p. 1-23, 1996.

- DÍAZ-ANDREU, M. "Nacionalismo y Arqueología: del Viejo al Nuevo Mundo". In FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G. e PODGORNÝ, I. (org.) *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América Latina - Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* – USP. Suplemento 3: p. 161-180, 1999.
- DILTHEY, W. "A Compreensão dos Outros e das suas Manifestações de Vida". In GARDINER, P. *Teorias da História*. Tradução e prefácio de Vítor Matos e Sá; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- EVANS, J. A. S. *Herodotus, Explorer of the Past*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- FINLEY, M. I. *Aspectos da Antiguidade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla - São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FINLEY, M. I. *Uso e Abuso da História*. Tradução de Marilene Pinto Michael - São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber* - Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1987.
- FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. Tradução de Slama Tannus Muchail; São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FUNARI, P. P. A. "A construção dos heróis: do discurso épico à historiografia". São Paulo: inédito, 2001b.
- FUNARI, P. P. A. "As formas do discurso: retórica e argumentação, do mundo clássico ao nosso quotidiano". São Paulo: inédito, 2001a.
- FUNARI, P. P. A. "Cidadania, erudição e pesquisa sobre a antiguidade clássica no Brasil". In *Boletim do CPA*, Campinas, n. 3, 83-97, 1997.

- FUNARI, P. P. A. "Doxa e episteme: a construção discursiva na narrativa histórica (ou Salústio e a historiografia)", in *LPA: Revista de História*. V.3, n. 1, 1992, p. 22-35.
- FUNARI, P. P. A. "Linguística e Arqueologia". *D.E.L.T.A.* Vol. 15, N.º 1, p. 161-176, 1999b.
- FUNARI, P. P. A. "Os debates historiográficos sobre a Antigüidade Clássica e as ciências humanas: Filologia, Literatura e Linguística". In *Anuari de Filologia, Studia Graeca et Latina*, 20, D, 8, 29-38, 1999a.
- FUNARI, P. P. A. *Antigüidade Clássica – A História e a Cultura a partir dos Documentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- FUNARI, P. P. A.; JONES, S.; HALL, M. "Introduction: Archaeology in History". In FUNARI, P. P. A.; JONES, S.; HALL, M. (Ed.) *Historical Archaeology – Back from the Edge*. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 1-20, 1999.
- GAGNEBIN, J. M. *Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GAY, P. *O Estilo na História – Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Tradução de Denise Bottmann; São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOMBRICH, E. H. *A História da Arte*. Tradução de Álvaro Cabral - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.
- GUARINELLO, N. L. *Imperialismo Greco-Romano*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- GUTHRIE, W. K. C. *Los Filósofos Griegos*; traducción de Florentino M. Torner. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- HARTOG, F. "Herodotus and the Historiographical Operation". In *Diacritics*, Summer, p. 83-93, 1992.

- HARTOG, F. *O Espelho de Heródoto*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- HAUSER, A. *História Social da Arte e da Literatura*. Tradução de Álvaro Cabral; São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HEIDRICK JR., C. W. "Thucydides and the Beginnings of Archaeology". In SMALL, D. B. (Editor) *Methods in the Mediterranean – Historical and Archaeological views on Texts and Archaeology*. Leiden/New York/Köln: E. J. Brill, 1995, p. 45-88.
- HERDER, J. G. "Idéias para a Filosofia da História da Humanidade". In GARDINER, P. *Teorias da História*. Tradução e prefácio de Vítor Matos e Sá; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- HERING, F. A. "Heródoto e o interesse pela História no contexto da *polis* ateniense". *Phoînix*, Rio de Janeiro, 6: 153-164, 2000a.
- HILL, C. *A Revolução Inglesa de 1640*; tradução de Wanda Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- HOBBSBAWM, E. J. *A Invenção das Tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBBSBAWM, E. J. *Nações e Nacionalismo desde 1780 – Programa, Mito e Realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HOW, W. W. & WELLS, J. *A Commentary on Herodotus - Volume I (Books I-IV)*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HOW, W. W. & WELLS, J. *A Commentary on Herodotus – Volume II (Books V-IX)*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

- HUNT, L. "Apresentação: História, Cultura e Texto". In HUNT, L (org.) *A Nova História Cultural*. Tradução de Jefferson Luís Camargo; São Paulo: Martins Fontes, 1-29, 1995.
- IMMERWAHR, H. R. *Form and Thought in Herodotus*. Atlanta: Scholars Press, 1986.
- JAEGER, W. *Paideia – los ideales de la cultura griega*. Tadução de Joaquín Xirau e Wenceslao Roces; México: Fondo de Cultura Economica, 1992.
- JANSON, H. W. *História da Arte*. Tradução de J. A. Ferreira de Almeida e M. M. Rocheta Santos; São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- JONES, P. V. (org.). *O Mundo de Atenas*; tradução de Ana L. de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- JONES, S. *The Archaeology of Ethnicity – Constructing Identities in the Past and Present*. London/New York: Routledge, 1997.
- JOYCE, P. "The End of Social History?". In *Social History*. Vol. 20, n.1. London: Routledge, p. 73-91, 1995.
- KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. *Os Filósofos Pré-Socráticos*. Tradução de Carlos Alberto Louro Fonseca; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- KLUCKHOHN, C. *Antropologia*; traducción de Teodoro Ortiz. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.
- KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira – São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- LATEINER, D. *The Historical Method of Herodotus*. Toronto: Toronto Press, 1989.
- LESKY, A. *Historia de la Literatura Griega*. Versión española de José M. Díaz Regañón y Beatriz Romero; Madrid: Gredos, 1985.
- LOZANO, J. *El Discurso Histórico*. Madri: Alianza Editorial, 1987.

- MOMIGLIANO, A. "Ecateo". In *Enciclopedia Italiana* – Istituto della Enciclopedia Italiana. Vol XII. Roma, 386, 1951.
- MOMIGLIANO, A. *La Historiografía Griega*. Traducción castellana de José Martínez Gázquez – Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- MUNSLOW, A. "History Today – Critical Perspectives". In *The Routledge Companion to Historical Studies*. London/New York: Routledge, p. 1-20, 2000.
- MURARI PIRES, F. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas/FFLCH USP, 1999.
- MYRES, John L. *Herodotus, Father of History*. Chicago: Gateway, 1971.
- NAGY, G. *Pindar's Homer – The Lyric Possession of an Epic Past*. Baltimore/London: Johns Hopkins University Press, 1990.
- PEREIRA, M. H. da R. *Estudos de História da Cultura Clássica*, I volume / cultura grega. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- PETIT, P. *História Antiga*. Tradução de Pedro Moacir Campos - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- PLACIDO, D. "De Heródoto a Tucídides". In *Gerion*. Revista do Departamento de Historia Antigua/Universidad Complutense; n.4, 17-46, 1986.
- POWELL, J. E. *The History of Herodotus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1939.
- ROMILLY, J. de. *História e Razão em Tucídides*; tradução de Tomás Rosa Bueno. – Brasília: EdUNB, 1998.
- SNELL, B. *A Cultura Grega e as Origens do Pensamento Europeu*. Tradução de Pérola de Carvalho; São Paulo: Perspectiva, 2001.
- SOMMER, U. "Archaeology and Regional Identity in Saxony". *Public Archaeology*. Vol. 1, N.º 2, p. 125-142, 2000.

- TORRANO, de J. A. A. "O Mundo como Função Das Musas". In HESÍODO. *Teogonia – A origem dos Deuses* (edição bilingüe); estudo e tradução de J. A. A. Torrano. – São Paulo: Iluminuras, 11-102, 1991.
- TOYNBEE, A. J. *Helenismo: História de uma Civilização*; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.
- TOYNBEE, A. J. *Um Estudo da História*. - edição revisada e condensada por A. J. Toynbee e Jane Caplan; tradução de Isa Silveira Leal e Miroel Silveira. Martins Fontes: São Paulo, 1987..
- TREVELYAN, G. M. *English Social History*. Middlesex: Pelican, 1980.
- TRIGGER, B. G. *A History of archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- VERNANT, J. *As Origens do Pensamento Grego*; trad. de Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- VIEIRA, T. "Sobre Bruno Snell". In SNELL, B. *A Cultura Grega e as Origens do Pensamento Europeu*. Tradução de Pérola de Carvalho; São Paulo: Perspectiva, xiii-xvi, 2001.
- VIEIRA, T. *et alli*. "Notas & contranotas", In HOMERO. *Os Nomes e os Navios – Ilíada*, Canto II (edição bilingüe); traduções de Haroldo de Campos e Manuel Odorico Mendes; organização, introdução e notas de Trajano Vieira. – Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999.
- VOLTAIRE. *Dicionário Filosófico*; tradução de Líbero Rangel de Tarso. São Paulo: Atena, 1959.

WHITE, H. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX* - Tradução de José

Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.

WHITE, H. *Trópicos do Discurso – Ensaio sobre a Crítica da Cultura*; tradução de Alípio

Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.